



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO

FRANCISCO IWELTMAN VASCONCELOS MENDES

PARNAÍBA: EDUCAÇÃO E SOCIEDADE NA PRIMEIRA REPÚBLICA

TERESINA – PIAUÍ
2007

FRANCISCO IWELTMAN VASCONCELOS MENDES

PARNAÍBA: EDUCAÇÃO E SOCIEDADE NA PRIMEIRA REPÚBLICA

**TERESINA -PI
2007**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO

PARNAÍBA: EDUCAÇÃO E SOCIEDADE NA PRIMEIRA REPÚBLICA

FRANCISCO IWELTMAN VASCONCELOS MENDES

ORIENTADOR: Prof. Dr. Luís Botelho Albuquerque

TERESINA – PI, SETEMBRO DE 2007

981.228 ? MENDES, Francisco Iweltman Vasconcelos
M538P Parnaíba: Educação e Sociedade na Primeira República

Francisco Iweltman Vasconcelos Mendes. Teresina, 2007.
- p 107 (quantidade de folhas)

Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Piauí - UFPI

Orientador: Prof. Dr. Luís Botelho Albuquerque

1. Educação – História – Brasil 2. Educação – História – Piauí
2. Memória, Escola – História
- I. Título

FRANCISCO IWELTMAN VASCONCELOS MENDES

PARNAÍBA: EDUCAÇÃO E SOCIEDADE NA PRIMEIRA REPÚBLICA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Piauí – UFPI, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

APROVADA EM: 09 de setembro de 1999

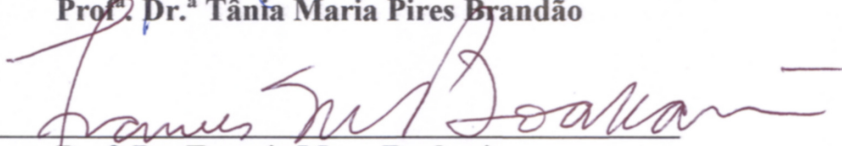
BANCA EXAMINADORA
ORIENTADOR, PROFESSOR, DOUTOR LUIZ BOTELHO DE ALBUQUERQUE



Prof. Dr. Luiz Botelho de Albuquerque



Prof.^a Dr.^a Tânia Maria Pires Brandão



Prof. Dr. Francis Musa Boakari

DEDICATÓRIA

À memória de minha filha Ianne Leal Mendes, que em vida foi a imagem inocente da Perfeição.

À Tânia Leal Mendes, companheira e incentivadora.

À Isabelle e Islanne, filhas que resumem a razão do nosso esforço e da nossa existência.

AGRADECIMENTOS

Ao Grande Arquiteto do Universo, a quem entrego minha vida.

Ao professor Luis Botelho Albuquerque pelo incentivo, amizade e orientação.

As professoras Tânia Brandão e Teresinha Queiroz pela colaboração, conselhos e amizade.

Aos coordenadores, professores e funcionários do curso de mestrado da Universidade Federal do Piauí, pela presteza, atenção e disponibilidade.

As colegas mestrandos, pela amizade, carinho e fraternidade de nossa convivência.

O Conhecimento não é um espelho das coisas ou do mundo externo. Todas as percepções são, ao mesmo tempo, traduções e reconstruções cerebrais com base em estímulos ou sinais capturados e codificados pelos sentidos.

Edgar Morin

PARNAÍBA: EDUCAÇÃO E SOCIEDADE NA PRIMEIRA REPÚBLICA

FRANCISCO IWELTMAN VASCONCELOS MENDES – UFPI/BR –

RESUMO

Esta pesquisa reconstitui a história e memória da Educação na cidade de Parnaíba, no período histórico compreendido de 1889 a 1930, ou seja na Primeira República a partir de uma abordagem historiográfica, embasada na História Cultural e fundamentada por teóricos como: Jacques Le Goff, Peter Burke, Roger Chartier e Micheu de Certeau. A presente dissertação trata dos processos históricos desenvolvidos por docentes e discentes em espaços educativos, suas motivações e contextualizações, como prática discursiva, na qual a educação tem grande influência na organização cultural de uma dada sociedade.

Palavras-chave: História, Cultura, Educação, Parnaíba.

PARNAÍBA: EDUCAÇÃO E SOCIEDADE NA PRIMEIRA REPÚBLICA

FRANCISCO IWELTMAN VASCONCELOS MENDES – UFPI/BR –

ABSTRACT

This work describes and analyzes, in a historiographic perspective, the evolutive process of the education in the city of Parnaíba - Piauí, emphasizing the educational action that occurred in the First Republic (1889-1930) and the society of the period, and it also shows a social, economical and educational retrospective of the previous periods: Colonial and Imperial.

The study has a bibliographic aspect, using the oral history (interviews) and an analysis of official documents as subjects of study as well.

It was observed that during the colonial and imperial periods, the low populational density, the lack of interest of a cowboy and predatory extractivist society and the omission of the government provide elements to the reduced number of schools and the quality frequently doubtful of the official teaching in the city of Parnaíba.

However, in the Republic period on study (1889-1930), the economical and industrial growth developed in Parnaíba did not reflect in the educational sector, where the government action was absent and the private initiatives were rare and independent.

Key Words: History – Education

Parnaíba - Economy

LISTA DE ILUSTRAÇÕES E IMAGENS

Capítulo I

Figura 1: Farol Pedra do Sal.....	33
-----------------------------------	----

Capítulo II

Figura 2: Ermida em honra de N. S. de Mont´ Serrat.....	35
Figura 3: Simplício Dias da Silva.....	39
Figura 4: Casa Grande das Dias da Silva.....	41
Figura 5: Mercadoria esperando embarque Porto das Barcas.....	26
Figura 6: Vapor do Rio Parnaíba.....	43

Capítulo III

Figura 7: Jesuítas: Presença marcante no Delta do Rio Parnaíba.....	45
Figura 8: Professor de Varanda, presença no interior do Piauí.....	47
Figura 9: Cortes de Lisboa.....	51
Figura 10: Proclamação Parnaibana da Independência.....	53
Figura 11: Alegoria criança estudando.....	56
Figura 12: Alegoria criança estudando.....	60
Figura 13: Conselheiro Saraiva - Gov. do Piauí.....	62
Figura 14: Ginásio Primeiro de Maio - Floriano/PI.....	65
Figura 15: Ginásio Odilon Parente - Barras / Piauí.....	67
Figura 16: Estaleiro da Casa Inglesa.....	69
Figura 17: Locomotiva da Central do Piauí.....	73
Figura 18: James F. Clark.....	77

Capítulo IV

Figura 19: Escola Miranda Osório.....	79
Figura 20: Pe. Olegário e alunos do Colégio D. Joaquim.....	80
Figura 21: Escola José Narciso-1940.....	84
Figura 22: Prefeito José Narciso da Rocha Filho.....	88
Figura 23: Colégio Nossa Senhora das Graças.....	93
Figura 24: União Caixeiral.....	96

Figura 25: Ginásio Parnaibano.....	98
Figura 26: Profº José de Lima Couto.....	100

LISTA DE ABREVIATURAS

BA: Bahia
CE: Ceará
Cel: Coronel
Cia: Companhia
Co: Companhia
Cr\$: Cruzeiro (moeda)
D: Dom
D: Dona
Dr: Doutor
Drs: Doutores
ED: Edição
In: Na obra
MA: Maranhão
Mimeo: Mimeografado
Nº: Número
Org: Organizador
Orgs: Organizadores
Op. Cit: Obra já citada
P.: Página
Pe: Padre
PE: Pernambuco
PI: Piauí
Profª: Professora
Profº: Professor
RJ: Rio de Janeiro
R₡: Réis (moeda)
S.A.: Sociedade Anônima
Sr: Senhor
Tem-Cel: Tenente-Coronel
Vol: Volume

LISTA DE SIGLAS

CEFET: Centro Federal de Educação Tecnológico

COMEPI: Companhia Editora do Piauí

CEPRO: Centro de Processamento

EDUFPI: Edições da Universidade Federal do Piauí

IHGB: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

IOCE: Imprensa Oficial do Ceará

PRKK: Prefixo Radiofônico

UFPI: Universidade Federal do Piauí

UFSC: Universidade Federal de Santa Catarina

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	28
CAPÍTULO I: PARNAÍBA: PERFIL GEOGRÁFICO.....	30
CAPÍTULO II: PARNAÍBA: ANTECEDENTES HISTÓRICOS	
INDÚSTRIA E MERCANTILISMO NO LITORAL.....	32
OS DIAS DA SILVA, ESPLENDOR E DECADÊNCIA.....	36
A AVENTURA REPUBLICANA.....	38
REVOLTAS E ESTAGNAÇÃO ECONÔMICA.....	40
UM RIO QUE UNE E TRAZ PROGRESSO.....	42
CAPÍTULO III: PARNAÍBA: ANTECEDENTES EDUCACIONAIS	
A PRESENÇA DOS JESUÍTAS.....	44
ENTRE O SONHO E O PANEIRO DE FARINHA.....	48
UMA VOZ QUE QUERIA LUZ.....	50
INDEPENDÊNCIA E INCERTEZAS.....	53
A QUESTÃO DO MÉTODO.....	57
A AÇÃO GOVERNAMENTAL.....	59
A DIFÍCIL MARCHA DO ENSINO PÚBLICO NO PIAUÍ IMPERIAL.....	60
AS INICIATIVAS PARTICULARES NO PIAUÍ IMPERIAL.....	62
PIAUÍ: PANORAMA EDUCACIONAL NA PRIMEIRA REPÚBLICA.....	64
CAPÍTULO IV: FATOS MARCANTES NA PARNAÍBA DA REPÚBLICA VELHA	
UM PORTO PARA O PIAUÍ.....	70
TRILHOS E PROGRESSO.....	74
CARNAÚBA E ARISTOCRACIA.....	76
CAPÍTULO V: A EDUCAÇÃO EM PARNAÍBA NA PRIMEIRA REPÚBLICA	
REINAVA O “MESTRE” NO IMPÉRIO DA PALMATÓRIA.....	77
AS INICIATIVAS DOS “MESTRES DE ANTANHO”	81

MUITA LEI... POUCA AÇÃO.....	85
JOSÉ NARCISO: MARCANDO ÉPOCA.....	88

CAPÍTULO VI: SÓLIDAS ESCOLAS DA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX

COLÉGIO NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS.....	90
UNIÃO CAIXEIRAL.....	93
GINÁSIO PARNAIBANO.....	95
ESCOLA NORMAL.....	97
GINÁSIO SÃO LUIZ GONZAGA.....	99
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	101
BIBLIOGRAFIA.....	103

INTRODUÇÃO

A escrita da história da educação em nosso país tem se constituído em uma das mais importantes contribuições que historiadores e educadores têm fornecido como legado à memória e à cultura nacionais.

No entanto, diversas pesquisas já publicadas sobre a história da educação no Brasil revelam, em sua grande maioria, abordagens que assumem contornos nacionais, onde contribuições para a reconstrução dessa história, oriundas de estados periféricos dos centros das decisões, como o Piauí, não figuram nesses trabalhos.

Não nos cabe aqui querer imputar a esses autores acusações de preconceito ou fragilidade em suas obras publicadas. Observa-se que alguns pesquisadores da educação brasileira, bem como os educadores do Piauí, ressentem-se da falta de bibliografia e fontes de pesquisas sobre a educação piauiense, portanto, a pesquisa historiográfica sobre a ação educativa no Piauí é de grande relevância.

Neste sentido concebeu-se que “O Piauí carrega o estigma de ter sido durante o Império, a província mais pobre, e durante a República carregou essa mesma condição entre os Estados da Federação” (CAMILO FILHO, 1997)*. Essa afirmativa revela *a priori* o quanto foi difícil fazer educação nessa região onde a omissão do Estado metropolitano se manifesta de diversas maneiras, como se observou em diferentes períodos históricos. “[...] Em 1797 a Junta de Governo apela para a Coroa Portuguesa no sentido de conseguir a criação de ao menos uma cadeira de instrução primária na cidade de Oeiras, pois não havia em toda a província uma só escola”. (CALDAS *in*: PEREIRA DA COSTA, 1981:167)

A Junta de Governo aponta o fato da não existência de escolas como responsável pelo estado de “rusticidade e ignorância que vive o povo” (BRITO, 1996: 15). No que diz respeito à escassez de recursos, o mesmo autor afirma que:

[...] a Junta se refere às dificuldades encontradas para funcionamento das três escolas criadas em 1815, as quais estavam quase sempre vagas por não se encontrarem professores que aceitassem o irrisório salário de Rs 60\$000 (sessenta mil réis) anuais. Mesmo a escola da capital que oferecia a remuneração de Rs 120\$000 anuais estava vaga desde 1820. (BRITO, 1996: 16)

Somada a omissão do Estado Metropolitano, a escassez de recursos às condições de uma sociedade de fazendeiros, vaqueiros e extrativistas predatórios, indica o quanto é importante mergulhar no estudo dessa gente e tentar buscar as primeiras iniciativas de ensino, numa sociedade onde a educação não era produto corrente e até mesmo considerado dispensável nas relações sociais e de poder, como se percebe na educação brasileira:

* Entrevista concedida ao autor em 03/07/1997

[...] a instrução em si não representava grande coisa na construção da sociedade nascente. As atividades de produção não exigiam preparo, quer do ponto de vista de sua administração, quer do ponto de vista da mão-de-obra. O ensino, assim, foi conservado à margem, sem utilidade prática visível para uma economia fundada na agricultura rudimentar e no trabalho escravo[...] (ROMANELLI, 1997:34)

Essa característica de vida econômica e social, baseada na agricultura de subsistência e nos currais e fazendas, que dominou praticamente toda a capitania e depois a província do Piauí, não pôde ser aplicada à estreita faixa do litoral piauiense no extremo norte da Capitania.. Lá emergia uma sociedade que desde o seu nascedouro apresentou uma atividade econômica baseada na indústria do charque, que oferecia à Vila de São João da Parnaíba conotações diferentes do restante da província. “Indústria! É tão rica de significação esta palavra, e para o Piauí ela tão pouco significa! Parece que para os piauienses, futuro tem pouca significação! Já era tempo de cuidarem do porvir. O comércio está na razão da indústria” (ALENCASTRE, 1981: 89).

Em Parnaíba formou-se uma sociedade diferente em sua organização social, produção econômica e na forma de ver o mundo.

A primitiva indústria do charque, a navegação, o apogeu na exploração, industrialização e a exportação da cera de carnaúba foram capazes de produzir uma riqueza que, ali instalada, colocava a cidade de Parnaíba de portas abertas para o mundo, criando uma sociedade onde os contatos com pessoas de outras regiões do país e até do estrangeiro vai permitir surgir uma vila com um sentido de autonomia extremamente elevado, liberta do isolacionismo que o sertão impunha ao restante da Província.

Se a reconstituição da história da educação do Piauí como um todo é importante, julgo a elucidação de como se processou o ensino na cidade de Parnaíba uma necessária contribuição, para uma abordagem mais completa sobre a educação no Estado. Proponho, portanto, pesquisá-la em uma comunidade que liderou a economia por mais de um século e representou o fiel da balança nas mais importantes decisões políticas estaduais.

A presente pesquisa será enfocada numa perspectiva da longa duração em que para expressar as diferentes manifestações das experiências sociais na educação, diferentes temporalidades se comunicam propondo uma seqüência lógica de fatos, objetivando assim, dar clarividência ao objeto de estudo que se situa no recorte temporal da Primeira República, contudo sua construção alcança uma dimensão temporal mais ampla, o que produziu um aprofundamento mais extenso e sistemático.

PARNAÍBA: PERFIL GEOGRÁFICO



Figura 1: Farol Pedra do Sal

A toponímia “Parnaíba” é de origem indígena e significa “rio caudaloso (Paraná), ruim ou imprestável (*ayba*)”. Semelhante vocábulo foi incorporado ao nome oficial da Vila de São João quando de sua fundação em 1762, passando a figurar como Vila de São João da Parnaíba.

Parnaíba, localizada no extremo norte do Estado, na estreita faixa litorânea, é hoje um dos menores municípios em extensão com uma área territorial de 355 km², limitando-se com o oceano atlântico ao norte; ao sul com os municípios de Buriti dos Lopes e Bom Princípio; a leste, com o município de Luís Correia e a oeste, com os municípios de Ilha Grande do Piauí e Araióses (no Maranhão).

Em função do processo de colonização, o litoral piauiense sempre foi pequeno, com uma área de aproximadamente 66 km de extensão. Primitivamente, essa extensão era ainda menor, mas em função de acordos celebrados com o Ceará, em 1880, o litoral piauiense que compreendia da praia da Pedra do Sal ao rio Portinho, pôde ser ampliada até o rio Timonha (Chaval – CE).

Com a criação de novos municípios no extremo norte do Piauí, como Luís Correia, Bom Princípio e mais recentemente o município de Ilha Grande do Piauí, a faixa litorânea que restou para o município de Parnaíba não ultrapassa 30 quilômetros.

A vegetação do município, apesar do seu tamanho em área territorial, é bastante variada, com a presença de uma caatinga arbustiva, vegetação de mangues, e de restinga bem como

uma considerável formação homogênea de babaçu e carnaúba.

O clima, considerando-se as duas principais estações – inverno e verão – sofre significativas alterações. Como é característico do clima tropical megatérmico e sub-úmido, ele se apresenta seco e ventilado no verão e quente e úmido no inverno, com temperaturas apresentando uma média das máximas em 32°C e uma média das mínimas em 22°C.

Parnaíba apresenta uma hidrografia extremamente rica para seu reduzido território. Seus principais cursos d'água são: Rio Parnaíba, Rio Igaracú e Rio Portinho.

Como reservas d'água encontramos a Lagoa do Portinho, do Bebedouro, da Prata, das Mutucas, do Arroz e da Quarenta além da presença de um lençol subterrâneo rico e sub-aproveitado.

PARNAÍBA: ANTECEDENTES HISTÓRICOS INDÚSTRIA E MERCANTILISMO NO LITORAL



Figura 2: Ermida em honra de N. S. de Mont' Serrat

A presença de um delta ao mar aberto como porta de entrada para um grande rio, talvez tenha sido o atrativo para que navegadores e aventureiros como Nicolau de Resende em 1571, Gabriel Soares de Sousa em 1587, Pero Coelho de Sousa em 1602, Martim Soares Moreno em 1613 e Vital Maciel Parente em 1614 fizessem incursões e explorassem essa região, dando notícia da grandiosidade do Rio Parnaíba e do seu Delta.

A região parecia propícia a fundação de uma feitoria ou de uma vila, o que levou o próprio Conselho Ultramarino, em Ato de 12 de janeiro de 1699, em determinar a sondagem do rio e a viabilidade da construção de um porto e erguimento de uma vila na região deltaica.

Ao tempo em que se desenvolvia no interior da capitania do Piauí a criação de gado com o crescimento de fazendas e currais, grande parte dessa produção bovina era procurada por comerciantes e contrabandistas do Pará, Bahia e Pernambuco, que renunciavam ao doloroso trajeto terrestre para o traslado do gado e preferiam fazer o transporte por via fluvial e marítima. Em função da existência de uma Carta Régia datada de 1701, permitindo que o gado somente pudesse ser criado à distância de dez léguas do litoral, forçava uma penetração subindo o Rio Parnaíba, criando a necessidade de erguimento de um entreposto para guarda de animais e de mercadorias que seriam usadas na troca. Esse ponto de apoio foi estrategicamente escolhido: ficaria a meio caminho entre o oceano e o local onde ocorre a confluência das braços de rios e igarapés do delta.

Esse entreposto, que passou a ser chamado de Porto das Barcas, desenvolveu-se em função da necessidade de acondicionamento da carne bovina que seria levada para regiões distantes e consumidas por populações das zonas mineradoras e sertanejas, nascendo ali a indústria do charque, que consistia no abate do gado e na secagem ao vento e ao sol da carne e sua posterior prensagem.

[...] No Porto das Barcas, então, feitoria com estabelecimento de charqueadas, cujos produtos exportam-se para Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro e Pará, deixando grande interesse às rendas públicas, pelo movimento comercial que resultava de semelhante indústria: com uma população crescente e ativa, casa e armazéns e uma pequena ermida fundada pelos habitantes da localidade. (DURÃO, 1772: 183-84).

João Paulo Diniz e Domingos Dias da Silva incrementaram essa atividade industrial das charqueadas, tornando-a mola propulsora do desenvolvimento da povoação do Porto das Barcas e da posterior Vila de São João da Parnaíba.

[...] Tem-se aumentado esta vila pelo negócio que nela se estabeleceu das carnes e couramas, que levam as sumacas ou barcas da Bahia, Pernambuco e outros portos, trazendo dos mesmos algumas fazendas, que davam em parte do pagamento, porque a sua barra e a sua costa, em razão dos muitos baixios que tem, não permitiam lhe chegasse embarcações de maior lote. (DURÃO, 1772: 30-31)

Distante da Vila da Mocha (Oeiras), sede da Capitania, o Porto das Barcas crescia a sua própria sorte. Na visita que o ouvidor da Capitania Antônio José de Moraes Durão fez a povoação, 1772, deixa bem claro quem por ali se estabelecia:

[...] porque os criminosos, os insolentes e os falidos buscavam de tropel estas ribeiras e suas brenhas, não tanto para seu aumento quanto para nelas ocultarem com segurança as suas maldades e desregramentos, firmes estabelecidos com a mudança de nome e de território[...] (DURÃO, 1772: 32)

Quando ocorre a instalação do governo autônomo do Piauí, separado do Maranhão, com a posse de seu primeiro governador, João Pereira Caldas, em 20 de setembro de 1759, a capitania ganha um maior dinamismo e pôde, na medida do possível, executar as determinações régias do Conselho Ultramarino e implementar outras de iniciativa própria. A Carta Régia de 29 de julho de 1759, autorizou o governo da capitania a criação de novas vilas. João Pereira Caldas só levará a efeito essa autorização em 1762, quando funda na capitania seis novas vilas, entre elas Parnaíba.

A Carta Régia de 19 de junho de 1761 que criava a Vila de São João da Parnaíba e concedia a futura Câmara Municipal quatro léguas quadradas de terra para seu patrimônio, não determinava a localização exata para a sede da nova vila, apesar de já existir um movimento considerável de abate de gado no Porto das Barcas, “o próprio governador da província calculou em 1762 12.000 reses” (MENDES, 1996, p. 23). A escolha da sede da nova vila recaiu sobre a povoação de Testa Branca, que quando da instalação da vila, em 18

de agosto de 1762, contava com apenas quatro residências, oito brancos livres e onze escravos. Enquanto no interior da vila o número de residências era 330, e contava-se 1.747 brancos livres e 602 escravos.

Essa atitude do governador João Pereira Caldas de instalar a sede da vila na localidade Testa Branca foi por demais incompreendida, uma vez que até o Pelourinho, símbolo da autonomia municipal, foi erguido no Porto das Barcas. Para desenvolver o povoado de Testa Branca havia o compromisso firmado pelos comerciantes junto ao governador durante a fundação, que era o de construir 59 casas. Tal acordo nunca foi cumprido. Ao contrário: em 1769 a Câmara, instalada no Porto das Barcas, proíbe novas edificações em Testa Branca.

Na realidade, João Pereira Caldas buscava instalar a Vila em local limpo, alto e mais próximo da foz do rio Igaracú, facilitando o embarque e desembarque de mercadorias.

O Porto das Barcas, como bem relata o ouvidor da Capitania Antônio José de Moraes Durão, não oferecia condições higiênicas e o terreno era alagadiço.

[...] Como o principal negócio que nela se faz consiste nos gados que se matam nas feitorias e estas ficam arrimadas à Vila, é natural padeçam as epidemias que quase todos os anos experimenta, porque o fétido que causa o sangue espalhado e mais miúdos de tantos milhares de reses que se matam no pequeno espaço de um até dois meses, corrompe ao ar com muita facilidade e produz o dano apontado. As moscas e outras sevandijas são tão inumeráveis que causam inexplicáveis moléstias aos habitantes, e isto mesmo há de suportar precisamente toda a pessoa que vai de fora porque só no tempo de verão se pode caminhar por aquele distrito, pois de inverno por ser baixo, e alagadiço, se cobre de lagoas e faz absolutamente impraticáveis os caminhos de sorte que o povo se tem visto na consternação de padecer algumas fomes por aquela causa, no referido tempo e assim é o da matança da referida vila. (DURÃO, 1772: 31).

O sentido autonomista bastante característico da Vila da Parnaíba ao longo de sua história, foi desenvolvido em função de sua localização geográfica, do tipo de empresa que primitivamente ali se formou (charqueada) e pelo fato de na sua instalação, o governo da capitania haver estipulado em Rs 14\$000 (quatorze mil réis) o imposto que deveria ser pago à Câmara Municipal pelas embarcações que atracassem no Porto das Barcas, sendo desta forma, Parnaíba, a única entre as vilas criadas que teve, de imediato, uma fonte de renda efetiva.

[...] Igualmente devemos notificar a V. Exa. que das vilas desta Capitania criadas no ano de 1762, só a de São João da Parnaíba fundada na margem oriental do braço do rio Igaracú tem tido aumento e o promete cada vez mais, não só pelo negócio do porto de mar que se lhe introduziu, senão também pelas fábricas e manufaturas com que se acha; as mais estão no mesmo estado em que se lhes deu aquele nome, conhecendo-se unicamente por vilas em razão de terem Pelourinho, ou um pau cravado na terra a que se deu aquele apelido. (NUNES, 1984: 68).

Não pretendendo marchar contra as evidências de desenvolvimento apresentado pelo Porto das Barcas, o governador da capitania Gonçalo Lourenço Botelho de Castro, transferiu definitivamente a sede da vila de Testa Branca para o Porto das Barcas.

[...] Começou então a afluir para o Porto das Barcas novos povoadores e aumentar-se a sua edificação, ao passo que a Testa Branca não havia construído uma só casa, ou outras edificações, apesar de muitas pessoas se haver oferecido e comprometido mesmo para isso[...] (DURÃO, 1772: 184).

A indústria do charque e o comércio da courama foram decisivos para o desenvolvimento e possibilitaram a fixação de algumas riquezas, notabilizando as de maior porte, como a que ali fixou Domingos Dias da Silva, onde implantou seis charqueadas e realizou comércio direto com Lisboa, sem necessidade de passagem em outra capitania para pagamento de tributos alfandegários, revelando que esse regime de privilégios de concessões e a falta de um órgão fiscalizador e arrecadador prejudicava a fazenda local.

OS DIAS DA SILVA, ESPLENDOR E DECADÊNCIA



Figura 3: Simplício Dias da Silva

As figuras de Domingos Dias da Silva e de seu filho Simplício Dias da Silva, dominaram a vida política e econômica de Parnaíba por mais de cinquenta anos. O fausto em que vivia os Dias da Silva impressionava visitantes estrangeiros como Henry Koster, viajante europeu que deixou registrada suas memórias na obra *Viagem ao Norte do Brasil de 1809 a 1815*.

Fui introduzido nas casas dos primeiros negociantes e plantadores. O coronel Simplício Dias, Governador da Parnaíba, onde possui magnífico solar, é rico e tem caráter independente. Conta entre seus escravos, uma banda de músicos, que fizeram aprendizado em Lisboa e no rio. A homens, como o coronel Simplício, pode-se atribuir o progresso do País. (ALMANAQUE DA PARNAÍBA, 1997: 120)

Outras impressões também gravadas em páginas de obras memorialísticas como os almanaques da Parnaíba, periódico que contribui com a história para desvelar certos episódios da vida cotidiana parnaibana, com forte comunicação com fatos da Europa.

L. F. Tonellare que deixou escrito: O Sr. Simplício viajou na França e na Inglaterra, e aí aprendeu a conhecer o respeito devido à civilização; ocupa-se das belas artes, vive com luxo asiático, mantém músicos com grande dispêndio, acolhe os estrangeiros, gosta dos franceses, vive em seus domínios como um homem poderosamente rico. (ALMANAQUE DA PARNAÍBA, 1997: 120).

A fortuna dos Dias da Silva fôra conseguida graças a política de concessão de privilégios de comércio e da frágil fiscalização de órgão da fazenda real. A Coroa Portuguesa sempre foi, na medida de sua estrutura burocrática, rígida na arrecadação de seus impostos.

Corrupção e contrabandos a parte, Odilon Nunes chega a afirmar que “[...] Quando D. José autoriza João Pereira Caldas a fundar outras vilas, vemos que o objetivo era sempre o mesmo: satisfazer imposições do fisco e policiamento. [...]” (NUNES, 1984: 66).

Aos que negociavam por esses lados e não queriam se aventurar no contrabando, eram obrigados a recolher impostos na alfândega de São Luís. Daí a necessidade da criação de uma alfândega ou órgão fiscalizador da Coroa na Vila da Parnaíba. Legalmente a autorização para o funcionamento de uma alfândega na Vila estava assegurada desde a expedição de um alvará em 22 de novembro de 1773, mesmo ano em que Domingos Dias da Silva começa a operar suas charqueadas.

“[...] Durante todo o período colonial, vamos encontrando providências, até mesmo de caráter policial, para obstar a fuga dos negociantes às normas de comércio legal.” (NUNES, 1984: 60). No entanto a demora no cumprimento desse alvará, incomoda comerciantes locais que continuam atrelados a São Luís (MA). Em 1803 Simplício dias da Silva solicita às autoridades portuguesas, que lhe fosse concedido os mesmos direitos de comércio direto com Lisboa, que antes seu falecido pai desfrutara. O pedido lhe é negado. Em 30 de março de 1804, Simplício Dias da Silva e Antônio da Silva Henrique, oficiam ao governador da Capitania, Pedro César de Meneses, e este ao Príncipe Regente D. João, solicitando o estabelecimento de uma alfândega na Vila da Parnaíba. O príncipe D. João só atenderá o pedido em 22 de agosto de 1817, quando por Ato Régio cria a alfândega de Parnaíba.

Oficializada a criação no papel, através do Ato Régio, na prática a alfândega ainda não chegou a funcionar. Novos pedidos de comerciantes capitaneados por Simplício Dias da Silva são enviados ao Príncipe Regente D. Pedro. Este, somente após a Proclamação da Independência, baixa um decreto, em 31 de outubro de 1822, autorizando estabelecer a alfândega com inspeção de algodão.

Os anos que se seguiram a 1822, foram conturbados política, militar e comercialmente. A alfândega só passa a operar em sua plenitude a partir de 1834, com registro de cargas, embarcações e cobranças.

A AVENTURA REPUBLICANA



Figura 4: Casa Grande das Dias da Silva

Consolidada a independência do Brasil no Piauí, após a rendição de Fidié e seus comandados em Aldeias Altas (Caxias – MA), os olhares se voltam para os problemas internos mais urgentes da Província. O primeiro deles era a definição do comando político. Reconhecendo os méritos e o patriotismo de Simplício Dias da Silva, Comandante Militar da Vila da Parnaíba, o Imperador D. Pedro I, o nomeia presidente da Província do Piauí. Mas, alegando motivos de ordem pessoal, Simplício Dias, declina da escolha. Tal fato ajuda a consolidar a elite agrário-pastoril de Oeiras e adjacências.

Mas o espírito liberal e revolucionário da elite parnaibana, continuava vivo. Sob inspiração do juiz e presidente da Câmara Municipal, Dr. João Cândido de Deus e Silva e com o beneplácito do líder político-militar da região, Cel. Simplício Dias da Silva, Parnaíba rebela-se novamente e proclama a República, declarando adesão a Confederação do Equador, em 25 de agosto de 1824.

[...] a vila da Parnaíba, que, por sua proximidade com o litoral, ensejava a ligação do Piauí com outras Províncias e com o Reino. Nesta vila da Parnaíba, a vida intelectual, social e política era bastante diferenciada da vida das outras vilas piauienses. Foi o contato, a comunicação com as gentes do Ceará, da Bahia e de outras Províncias e mesmo do Reino que fez desta vila um universo urbano “sofisticado”, se comparado ao restante da Província, fértil de idéias “progressistas.” (Nunes. In. Piauí: Formação, Desenvolvimento e Perspectiva. 1995, p. 96).

A Confederação do Equador, movimento nascido em Pernambuco contrário à outorga da Constituição de 1824, pelo Imperador Pedro I e que ganhou a adesão de várias províncias

nordestinas, representou um rompimento prematuro na estrutura do Império, e a atitude dos parnaibanos colocava em perigo a fragilidade política da província, levando o governo de Oeiras a fazer reiterados apelos para que Parnaíba renunciasse às idéias republicanas e jurasse obediência ao Imperador D. Pedro I. A propaganda republicana consegue adesão de Piracuruca e Campo Maior. Temendo o alastramento das idéias revolucionárias, desencadeia-se uma violenta repressão sobre os confederados. José Francisco de Miranda Osório, a serviço dos revolucionários parnaibanos, é preso em Oeiras quando propagava as idéias da república. Nas províncias de Pernambuco e Ceará, pilares do movimento confederado, as forças imperiais foram impiedosas com os rebeldes.

Sem apoio externo, Parnaíba capitulou em 28 de outubro de 1824. A Câmara foi forçada a renovar juramento à Constituição do Império e à figura do Imperador Pedro I.

As conseqüências da aventura republicana que Parnaíba ousara experimentar foram: prisão do Juiz Dr. João Cândido de Deus e Silva, suspensão de toda a Câmara Municipal, em 16 de fevereiro de 1825, por ordem do Ministro da Justiça do Império, Clemente Ferreira França e o fim da amizade, admiração e do prestígio que Simplício Dias da Silva desfrutava junto à figura do imperador Pedro I. O ostracismo político e o agravamento de suas finanças, marcaram os últimos anos de vida de Simplício Dias da Silva, que faleceu em 17 de setembro de 1829.

REVOLTAS E ESTAGNAÇÃO ECONÔMICA

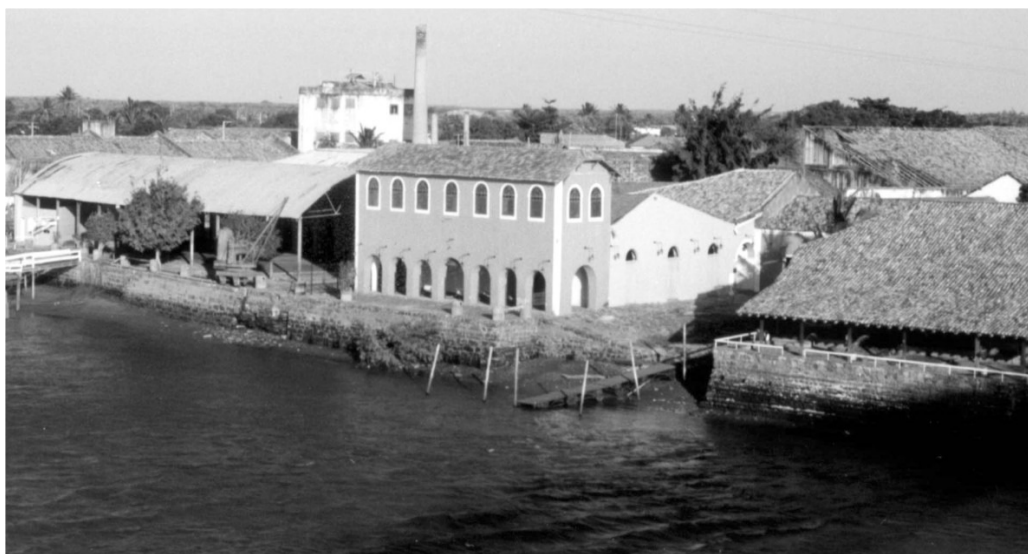


Figura 5: Mercadoria esperando embarque Porto das Barcas

Em 1831, quando Parnaíba era uma vila de 4.324 habitantes espalhados por uma área territorial, que se estendia do litoral até os sertões de Campo Maior, abdicava o imperador D. Pedro I, iniciando-se o período regencial que se estendeu até 1840. Nesse intervalo da Regência Brasileira, dois acontecimentos dominaram as atenções em Parnaíba: a instalação em definitivo da alfândega e o combate aos revoltosos balaíos.

A alfândega de Parnaíba, criada em 1817 pelo Príncipe Regente D. João, foi autorizada a funcionar em 1822 pelo Imperador D. Pedro I. Mas até 1833, não apresentava um funcionamento regular. Somente no ano seguinte, 1834, inicia-se o registro de embarcações, carga e descarga de mercadorias e a cobrança de imposto passa a ocorrer de forma regular.

Em 1827 deixava de funcionar a última charqueada, e sem outros produtos importantes na pauta de exportação, Parnaíba mergulha num período de estagnação econômica e ostracismo político.

[...] Os mercados tradicionais para onde seguiam as boiadas no Piauí estavam em decadência e como o nível da riqueza dos povoados piauienses era baixo, não havia absorção pelo mercado interno. Acrescida a tais fatores havia uma distribuição desigual de renda concentrada nas mãos de alguns “coronéis”, grupo dominante pequeno[...] (KNOX, 1987: p. 34).

A retomada do crescimento e da liderança econômica de Parnaíba só ocorrerá com a efetiva viabilização da navegação do Rio Parnaíba na segunda metade do século XIX com a ligação por transporte fluvial na rota Parnaíba/Teresina/Floriano/Santa Filomena.

A participação das forças parnaibanas nos ataques aos revoltosos balaíos inicia-se

quando o comandante militar da Vila, Ten-Cel. José Francisco de Miranda Osório, dá combate aos rebeldes estabelecido na foz do Rio Parnaíba, em 31 de janeiro de 1839. A figura de Miranda Osório será marcante na defesa do norte do Piauí, em todo o período de enfrentamento aos balaíos, seja de forma direta, como comandante no campo de batalha, seja como liderança política, arregimentando forças ou angariando recursos.

Os anos de Regência foram extremamente conturbados. Em 1840, inicia-se o segundo Reinado quando ocorre a pacificação dos balaíos, possibilitando a vila da Parnaíba encontrar seu retorno à tranqüilidade. Essa normalidade representava a possibilidade de retomada econômica, o que levou o inspetor da alfândega comunicar em ofício ao presidente da província, a volta das atividades portuárias e fluviais no rio Igaracú (08/09/1841). A pacificação da província permitia que a discussão sobre a navegabilidade do Rio Parnaíba fosse colocada como prioridade para o seu futuro econômico. A questão da navegabilidade do Rio Parnaíba e a construção de um porto marítimo para o Piauí dominará as discussões políticas, orçamentárias e os recursos governamentais durante o segundo reinado (1840 – 1889).

Devido a dificuldade de penetração de navios de maior porta na barra do Igaracú até o Porto das Barcas, o desembarque de mercadorias e exportação de nossos produtos eram feitos em Tutóia – MA ou no porto de Amarração - PI. Quando ocorria desembarque de mercadorias, estas saíam dos citados ancoradouros e eram rebocadas até Parnaíba em alvarengas ou navios de baixo calado. Como o maior movimento acontecia na baía de Tutóia, a província tinha suas receitas fiscais prejudicadas. O desembarque de mercadorias no Maranhão retardava e promovia a inviabilização da construção de um porto para o Piauí.

UM RIO QUE UNE E TRAZ PROGRESSO

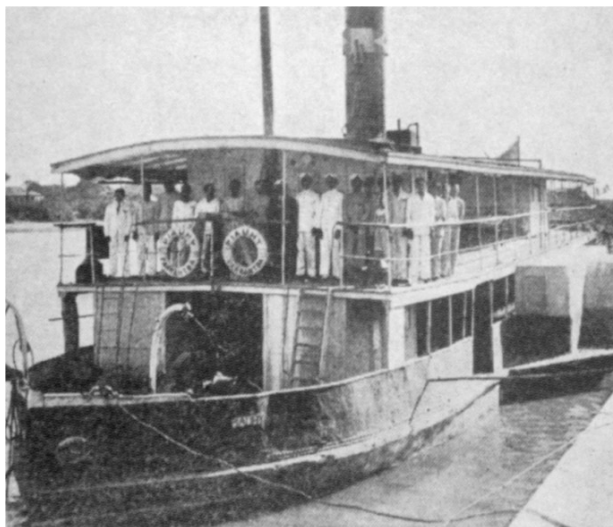


Figura 6: Vapor do Rio Parnaíba

A ausência e precariedade de estradas de rodagem que dificultava o escoamento de produção, recebimento de mercadorias e as comunicações de um modo geral, levava o governo provincial, comerciantes e pecuaristas a juntarem esforços para viabilizarem a “Estrada Natural” que integrava todo o Piauí: o Rio Parnaíba.

Em 30 de setembro de 1841, com a Resolução nº. 129 que autorizava o presidente da província a conceder privilégios exclusivos por 25 anos a qualquer companhia que estabelecesse um serviço de navegação em todo Rio Parnaíba, por meio de barcas a vapor, inicia-se uma longa campanha pelo transporte regular de cargas e passageiros ao longo do rio.

A via de transporte mais eficiente era o Rio Parnaíba que além de navegável em todo o curso, corre ao lado de toda a área produtora. Decorrente de tal situação, cidades que se encontram situadas às suas margens viveram época de intensa atividade comercial. (ARAUJO, in: ALMANAQUE DA PARNAÍBA, 1985:87).

A transferência da capital para Teresina na confluência dos rios Poti e Parnaíba, acelerava a necessidade de regularidade de transporte e formação de uma companhia de navegação, visto que até então (1850) nenhuma empresa havia estabelecido tal serviço na província.

Somente em 1858, quando o governo da província disponibiliza em orçamento para a navegação do Rio Parnaíba a quantia de Rs 15:000\$000 (quinze contos de réis) é que foi possível tornar realidade a criação da Companhia de Navegação do Rio Parnaíba, numa parceria do governo da província e empresários piauienses e a posterior aquisição do primeiro vapor “Uruçuí” (1859), além de uma subvenção mensal por parte do governo imperial de Rs

1:000\$000 (um conto de réis) para ajudar nos empreendimentos ligados a navegação do Rio Parnaíba.

Com o paulatino interesse pela navegação do Rio Parnaíba e o seu posterior desenvolvimento integrando o Piauí, a vila de Parnaíba começa a retomar sua importância, por sua posição estratégica de proximidade com o mar, o crescimento das atividades da navegação fluvial a transformará no empório comercial da província. Em consequência desse desenvolvimento, que já se anunciava com a implantação de um sistema regular de navegação, a vila é elevada a categoria de cidade pela Lei Provincial nº. 166, de 14 de agosto de 1844, e começa a atrair comerciantes que fixam casas comerciais, além do surgimento de outras instituições, que servirão de base de sustentação da navegação e da economia da província como um todo: a “Casa Inglesa” (1849); o Vice Consulado Português (1850); a Capitania dos Portos e Companhia de Aprendizes Marinheiros (1855); construção do farol da Pedra do Sal (1865); a “Casa Marc Jacob” (1873); Franklin Veras (1875) entre outros.

É a partir de 1860 que Parnaíba consolida-s como principal entreposto comercial do Piauí e como importante centro do comércio internacional, graças ao espírito empreendedor de suas lideranças empresariais, estimulado certamente por ter a oportunidade de contato com o resto do mundo. (MENDES, 1995: 126).

Quando estourou a guerra do Paraguai (1865) a navegação do Parnaíba já se fazia em sua plenitude, fator que se constituirá decisivo para a importante participação dos piauienses no conflito. Visto que, se analisarmos, proporcionalmente, o Piauí foi uma das províncias que mais enviou praças e voluntários aos campos de batalha. Parnaíba através da Capitania dos Portos, foi quem primeiro, logo no início do conflito, enviou homens. Em 25 de fevereiro de 1865, partia de Parnaíba oito recrutas e um voluntário. A incorporação de parnaibanos às forças que foram combater no Paraguai, principalmente no primeiro ano de guerra foi marcante: 10 voluntários (13/03/1865), 05 praças (13/04/1865), 67 praças (27/05/1865), 50 voluntários (14/08/1865), 10 praças (30/08/1865), 18 praças (22/11/1865), 15 recrutas (10/12/1865), serve como um bom exemplo dessa participação.

Na medida em que a cidade crescia economicamente, a presença de um elite intelectual vai se fazendo notar, quer na propagação de idéias políticas nacionais ou mesmo em contendas paroquiais. A imprensa escrita era o principal veículo de comunicação. Em Parnaíba, ela surge em 25 de fevereiro de 1863, com a circulação do primeiro número do jornal “ECHO da Parnaíba”, sob a responsabilidade de João da Silva Leite, seguido pelo jornal “Liga e Progresso” (16/07/1863) vinculado ao Partido Liberal; “A Violeta” (1864), jornal de leituras femininas, o primeiro do gênero na província; “O Comércio da Parnaíba” (07/12/1864) e o “Liberal” (02/04/1864) fizeram a imprensa parnaibana no segundo reinado.

PARNAÍBA: ANTECEDENTES EDUCACIONAIS

A PRESENÇA DOS JESUÍTAS



Figura 7: Jesuítas: Presença marcante no Delta do Rio Parnaíba

É praticamente impossível dissociar a educação produzida no Brasil Colonial da ação dos padres da Companhia de Jesus, que desde 1556 já trabalhavam, de acordo com a constituição da Companhia, a aprendizagem do canto, da música instrumental e o estudo profissional agrícola. No Piauí, no entanto, o trabalho dos jesuítas limitou-se à catequese e à administração das fazendas herdadas de um dos principais desbravadores da Capitania: Domingos Afonso Mafrense “[...] A administração das fazendas absorve a atenção dos padres de tal modo que não lhes deixa espaço às atividades culturais e educacionais nas quais foram atuantes em outras regiões da Colônia [...]”, (BRITO, 1996: 13). “Aqui os rendimentos obtidos nas fazendas não foram aplicados pelos jesuítas na construção de escolas e seminários e sim revertidos para o sustento de escolas e seminários em outras regiões do país, notadamente o colégio da Bahia e o noviciado de Jiquitaia”. (FERRO, 1995: 54).

Instalados no Piauí desde 1711, os jesuítas receberam em 1730 a oferta de uma fazenda do padre Tomé de Carvalho para a criação de um educandário, o que se constituiria na primeira iniciativa, visando a implantação do ensino na capitania. No entanto, uma série de fatores como a baixa densidade demográfica, “[...] A povoação desta capitania é tão diminuta, que me parece impossível de se observar a sobredita real ordem na parte que respeita à indicada separação de classes[...]” (CALDAS, in: PEREIRA DA COSTA, 1981: 167), a distância entre os núcleos populacionais, pobreza do meio, condições precárias de

comunicação e o pouquíssimo interesse que a população de vaqueiros e pequenos agricultores demonstravam para com o ensino das primeiras letras, fez do “Seminário do Rio Parnaíba”, que chegou a funcionar de maneira precária no distrito da Mocha (Oeiras) um projeto de difícil consecução e após a expulsão dos jesuítas, em 1759, de uma total inviabilidade. “Com a expulsão desmantelou-se toda uma estrutura administrativa do ensino” (ROMANELLI, 1997: 36), estrutura que na capitania do Piauí, nem chegou a se efetivar.

Na parte norte da capitania, bem como no restante do Piauí a presença dos padres da Companhia de Jesus não resultou na edificação de escolas. Seu trabalho educativo resumiu-se em aulas de catequese para filhos de vaqueiros, fazendeiros e índios aldeados nas ilhas do delta do Rio Parnaíba.

O trânsito de jesuítas no norte da capitania data de 1607, quando o padre Luís Filgueiras, fugindo de novos ataques indígenas nos contrafortes da Ibiapaba, atravessa com alguns de seus comandados o Rio Parnaíba para se estabelecer no Maranhão, deixando para trás o corpo de seu companheiro de expedição padre Francisco Pinto, trucidado pelos Tacarijús no planalto ibiapabano.

A região do delta do Rio Parnaíba, povoada pelos Tremembés, foi alvo de uma intensa ação dos Jesuítas. Em 1704 já se encontra registro do padre Miguel de Carvalho viajando para Lisboa para tratar dos interesses dos indígenas aldeados no delta do Parnaíba. (MENDES, 1996: 17). Na Ilha do Caju em 1723 o Jesuíta Pe. João Tavares chefiava uma missão na aldeia dos Tremembés. O governador e Capitão General, João da Maia Gama, concede sesmária aos Tremembés de quatro léguas de terras na região do Delta (21 de junho de 1724). E em 21 de abril de 1727 os Tremembés conseguem mais uma légua e meia de terra na ilha Paramirim ou Cajuais; 25 de janeiro de 1728 – Provisão Régia determina a defesa das aldeias dos Tremembés na posse das léguas de terra que tinham na Ilha dos Cajueiros, doadas pelo governador João da Maia Gama; 29 de novembro de 1731 e 21 de agosto de 1741 nova provisão tratando da posse dos Tremembés e dos aldeamentos jesuítas na Ilha dos Cajueiros (MENDES, Op. Cit. p. 17-18). Todas essas doações de terras e a intensa correspondência entre os jesuítas e o Conselho Ultramarino, revela a forte influência dos jesuítas na defesa dos índios e de suas aldeias missionárias.

O prestígio dos administradores dessas missões Tremembés no delta do rio Parnaíba, junto a Coroa Portuguesa, parecia ser grande, pois não faltavam provisões do Conselho Ultramarino “As funções do conselho não se limitavam a uma simples direção geral. Entrava no conhecimento de todos os assuntos coloniais, por menos importante que fossem, e cabia-lhe resolve-los não só em segunda instância, mas quase sempre diretamente. Os delegados

régios, por mais elevada que fosse sua categoria, não davam um passo sem sua ordem ou consentimento expresso. A extensa e pormenorizada correspondência dos governadores, as minuciosas ordens e cartas régias que de lá se expediam mostram a que particulares e detalhes, mínimos dependiam as providências diretas da metrópole.” (Prado Júnior, 1996, P. 304) e do próprio Rei na defesa desses índios:

Essa grande quantidade de terras ofertadas aos indígenas sob a administração dos jesuítas, despertou a cobiça de aventureiros como os irmãos Lopes, João José e Manoel, que invadem as terras dos Tremembés introduzindo gado e instalando currais. O que levou a expedição a Provisão Régia de 18 de março de 1733, do Conselho Ultramarino ao governador do Maranhão, ordenando garantir a posse dos índios Tremembés na Ilha dos Cajueiros e expulsar os irmãos Lopes.

Vários fatores foram determinantes para um acelerado processo de extermínio dos indígenas da região norte do Piauí e o fim do trabalho missionário dos jesuítas, entre eles podemos citar: a Proclamação de D. José I, Rei de Portugal, emancipando todos os índios do Piauí, Maranhão e Pará, declarando-os livres, o que os desobrigava da servidão e dos aldeamentos e a expulsão dos padres jesuíta, que, apesar de fazer uso do trabalho indígena, de alguma forma, também, lhes forneciam proteção. Os indígenas agora ficavam a mercê da ação dos aventureiros e caçadores de índios “[...] É bem perecível o caráter destes povos.” (DURÃO, 1772: 32).

A posse do primeiro governador da Capitania, João Pereira Caldas, em 20 de setembro de 1759, ocorre em meio a crise da Coroa Portuguesa com a Companhia de Jesus. Seu primeiro ato como governador foi o seqüestro dos bens e a prisão dos padres jesuítas, em obediência aos alvarás de 19 de janeiro e 03 de fevereiro daquele ano.

A campanha arquitetada contra os jesuítas pelo Marquês de Pombal, em Portugal, encontra em João Pereira Caldas, primeiro governador da Capitania do Piauí, um fiel defensor, que certamente não gostaria de ver seu poder de administrador rivalizando-se com o dos padres jesuítas, como podemos constatar em documentos do governador de 1759.

Os jesuítas, tanto mais detestáveis, quando obravam toda a sorte de arbítrios sob a capa da religião, de posse de uma grande fortuna, e por isso poderosos na capitania, gozando de grandes privilégios, que os reis imprudentemente lhes haviam concedido, era os verdadeiros senhores da situação, eram a verdadeira justiça, decidiam de todos os pleitos, intervinham em todos os negócios, punham em antagonismo o povo com a autoridade, e indispunham os índios, sobre quem tinha muito poder e mando, contra os povoadores. (CALDAS, in: PEREIRA DA COSTA, 1981: 131).

A expulsão dos jesuítas do território brasileiro, coloca para a Coroa Portuguesa, o desafio de bancar o sistema educacional com a introdução de aulas régias, que incluíam

gramática latina, grego e retórica. “[...] Leigos começam a ser introduzidos no ensino e o Estado assumiu, pela primeira vez, os encargos da educação [...]” (ROMANELLI, 1997: 36).

Coube, então, ao governador João Pereira Caldas o desafio de manter as duas primeiras escolas criadas na capitania pelo Alvará de 03 de maio de 1757 na vila da Mocha (Oeiras) uma para meninos na qual deviam aprender a doutrina cristã, ler, escrever e contar e outra para meninas onde deveriam aprender além da doutrina cristã, ler, escrever, contar, coser, fiar, fazer rendas, etc.

ENTRE O SONHO E O PANEIRO DE FARINHA



Figura 8: Professor de Varanda, presença no interior do Piauí.

Quem nos traz notícia mais antiga da presença de um estabelecimento de ensino em Parnaíba é o historiador Anísio Brito em sua obra “Instrução Pública no Piauí”, que conta da existência de uma escola de primeiras letras no ano de 1774. Mas, oficialmente, é com data de 4 de junho de 1778, que encontramos registro da criação de uma cadeira de latim na vila de São João da Parnaíba.

A criação oficial não era garantia de funcionamento de uma escola, em função dos péssimos salários e da falta de pessoas qualificadas para o magistério e do tipo de gente que na vila da Parnaíba se instalava na segunda metade do século XVIII.

[...] Indóceis por natureza e falta de instrução, se arrojam a cometer todo o delito, sendo já hoje não menos freqüentes o do furto; praticado pelos artificiosos modos com que as negociações se fazem. A todos os vícios excede e deles é também causa, a inaudita e indizível preguiça, que os ocupa. (DURÃO, 1772, p. 32).

A tímida e improfícua ação do governo sobre a questão do ensino na Capitania vai perdurar durante toda a restante fase Colônia, onde a questão da remuneração do professor apresenta-se como determinante para o não funcionamento de algumas escolas, visto a remuneração ser efetuada em paneiros de farinha.

[...]Eu aqui (diz o governador do Maranhão) mando pagar os mestres das escolas a paneiro de farinha; porém os que têm mais de dois filhos nunca darão mais de dois paneiros; isto é o mesmo que praticava o Exmo. Sr. Francisco Xavier nos

estabelecimentos do Rio Negro. Em vista do que, tendo João Pereira Caldas de criar escolas nas aldeias dos índios, seguiu o mesmo sistema de pagamento. [...] Esta norma era comum e extensiva a todos os aldeamentos, como consta de cartas sobre o assunto dirigidas ao diretor da aldeia dos índios Jaicós, no lugar do Cajueiro, e o tenente-coronel João do Rego Castelo Branco, diretor da Vila de São Gonçalo de Amarante.” (Pereira da Costa, 1981, p. 170) ou com um insignificante salário anual de R\$ 60\$000 (sessenta mil réis) ou R\$ 5\$000 (cinco mil réis mensais). Para se ter uma idéia real do que isso equivalia, em 1764 os preços de alguns produtos e serviços estavam assim estipulados: “480 réis uma leitoa, 800 réis um par de esporas, 800 réis um facão de trabalho; a diária de um mestre de carpintaria 400 réis; 160 réis a diária de um escravo alugado; um vestido de veludo ou seda 5\$000 (cinco mil réis), 2\$000 (dois mil réis) de qualquer outro tecido; feitiço de um par de sapatos dando ao mestre tudo 2\$560 (dois mil quinhentos e sessenta réis)”. (PEREIRA DA COSTA, 1981, p. 162-63).

UMA VOZ QUE QUERIA LUZ

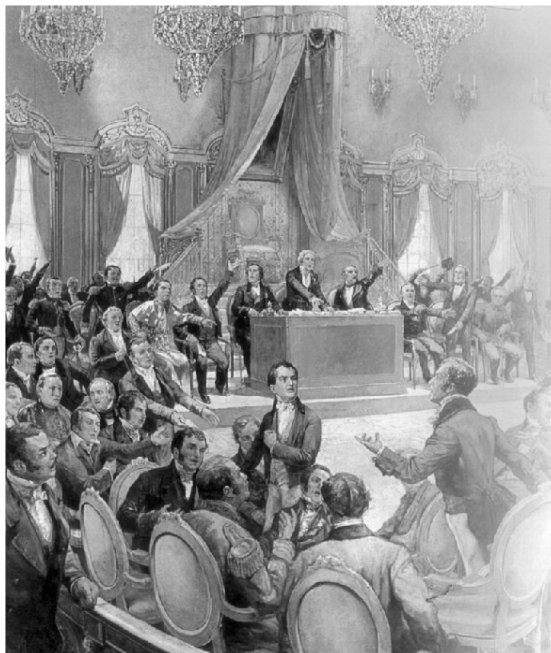


Figura 9: Cortes de Lisboa

O governo autônomo da capitania, carecia extremamente de pessoas com um mínimo de qualificação para a execução de atividades burocráticas e de comando. Prova cabal da péssima situação da educação na capitania foi a impossibilidade do governo de cumprir a Carta Régia de 29 de julho de 1759, que instituíu um regimento de cavalaria e recomendava que a oficialidade fosse constituída de habitantes da capitania. O governo não pôde dar cabo a essa determinação pois “As escolas não ofereciam o mínimo de formação cultural à população pela total ausência de qualificação dos seus professores”. (BRITO, 1996: 18).

O governo da capitania sempre que podia fazia apelos à Coroa Portuguesa mostrando uma realidade extremamente cruel, como esse de 1805 “[...]sendo o Piauí habitado por bem estabelecidos fazendeiros e lavradores, vive quase todo sepultado em total ignorância”. (CALDAS, in: BRITO, 1996: 18).

E mais adiante: “[...] não tem a mocidade quem a estimule: fogem os pais de família das despesas a que se veriam obrigados se mandassem seus filhos para outras Capitanias.” (CALDAS in: BRITO 1996: 16).

Mas o apelo só é atendido dez anos depois em 1815, quando em 4 de setembro uma resolução do Governo Provincial criou uma cadeira de primeiras letras na Vila da Parnaíba, que pelo baixo salário Rs 60\$000 (sessenta mil réis) anuais nem chegou a ser preenchida, ficando nessa condição até 1821. Essa mesma resolução autorizou a criação de outras duas

escolas de primeiras letras: uma na capital, Oeiras, cujo salário do professor seria de Rs 125\$000 (cento e vinte e cinco mil réis) anuais e uma na vila de Campo Maior, onde o ordenado seria de Rs 60\$000 (sessenta mil réis) anuais.

A cadeira de latim, criada em 1788, que encontrava-se vaga, foi restaurada por provisão do governador em 04 de março de 1820. Nessa restauração o ordenado anual foi elevado para Rs 200\$000 (duzentos mil réis).

Mesmo com esse aumento na oferta de salário para professores na capital, Oeiras, a condição para preenchimento era dramática. Elias José Ribeiro de Carvalho, Governador da província, escreve ao Ministro de Estado, Inácio da Costa Quintela, um lamento datado de 30 de junho de 1821, com o seguinte teor:

Ah! Senhor. A minha sorte é tão mesquinha e desgraçada que estou vivendo em um país e em uma cidade onde não posso ter a consolação de ter duas ou três pessoas com quem consultar um caso difícil, em que me ache, para nele obrar com acerto e tranquilidade da minha consciência, mas até de o poder comunicar[...]. O que mais se deve esperar de uma cidade cujas cadeiras de Primeiras Letras e Gramática Latina estão por prover porque não há uma pessoa que possuía medianos conhecimentos para as ocupar? (CARVALHO, 1983:6.)

A criação oficial dessas escolas não era garantia de seu funcionamento, a de Parnaíba até o ano de 1821, também encontrava-se vaga por falta de professores, o que levou o Pe. Domingos da Conceição, vigário de Parnaíba e deputado nas Cortes de Lisboa, em 02 de setembro de 1822, lançar esse dramático apelo.

[...] Setenta mil portugueses, cidadãos pacíficos do Piauí são setenta mil cegos que desejam a luz da instrução pública para que tem concorrido com seus irmãos de ambos os hemisférios, pagando o subsídio literário, de sua origem e apenas conhecem três escolas de primeiras letras na distância de sessenta léguas cada uma, estas incertas, e quase sempre vagas por não haver na província quem queira submeter-se ao peso da educação da mocidade pela triste quantia de sessenta mil réis anuais quando a um feitor de escravos, tendo cama e mesa se arbitra no país a quantia de 200\$000 (duzentos mil réis). (BRITO, 1996, p. 18).

A voz mais atuante em defesa da instrução pública no Piauí, no final do período colonial, foi a do Padre Domingos da Conceição, vigário de Parnaíba e deputado Constituinte nas Cortes de Lisboa, que nesse mesmo 02 de setembro de 1822, fez uma defesa intransigente da criação de sete escolas primárias no Piauí, indicando as vilas de Oeiras, Parnaguá, Valença, Jerumenha, Marvão, Campo Maior e Parnaíba e propõe que o ordenado dos professores dessas escolas seja fixado em Rs 120\$000 (cento e vinte mil réis) anuais. No mesmo pronunciamento Pe. Domingos da Conceição propõe, também, a criação de uma cadeira de Geometria Plana e Trigonometria Retilínea para Parnaíba, sugerindo um salário anual para quem ocupasse essa cadeira de Rs 400\$000 (quatrocentos mil réis).

As reivindicações do Pe. Domingos da Conceição não puderam ser melhor apreciadas

pela Coroa Portuguesa, tendo em vista a proclamação da Independência do Brasil, em 7 de setembro de 1822, e o rompimento em definitivo dos laços que uniam Brasil e Portugal.

Nesse mesmo ano de 1822, a província do Piauí apresentou um saldo de caixa de Rs 104:149\$654 (cento e quatro contos, cento e quarenta e nove mil e seiscentos cinquenta e dois réis). Levando-se em conta o pequeno número de escolas e o reduzido quadro de professores, percebe-se que o setor educacional poderia claramente ter sofrido um melhor tratamento, levando-se em conta os salários pagos e o saldo de caixa apresentado. “[...] como se houvesse um firme propósito de manter o povo na mais crassa ignorância.” (ALENCASTRE, 1981: 89).

INDEPENDÊNCIA E INCERTEZAS



Figura 10: Proclamação Parnaibana da Independência

A adesão da província do Piauí à Proclamação de Independência de D. Pedro I foi extremamente conturbada. O movimento adesista iniciado em Parnaíba em 19 de outubro de 1822 levou o governador das Armas Portuguesas, Major João José da Cunha Fidié, estabelecido no Piauí a marchar contra a vila litorânea e sufocar o movimento. A retirada estratégica, antes da chegada das tropas de Fidié, dos parnaibanos para o Ceará em busca de reforços e a posterior adesão da capital, Oeiras, ao movimento libertário, em 24 de janeiro de 1823, quando esta cidade achava-se desguarnecida de forças, provocou o retorno do Major Cunha Fidié, Governador das Armas, à capital. No retorno, houve o confronto das tropas portuguesas e brasileiras, em 13 de março de 1823, às margens do riacho Jenipapo, na cidade de Campo Maior. Esse embate forçou a retirada de Fidié para a província do Maranhão. Apesar das baixas brasileiras terem sido maiores, a Batalha do Jenipapo e a posterior derrota de Fidié em Caxias, consolidou a independência do Brasil no Piauí.

Em reconhecimento ao empenho à causa da Independência no Piauí, D. Pedro I nomeia Simplício Dias da Silva, para a Presidência da Província. Simplício Dias da Silva, comandante militar da Vila da Parnaíba, recusa em assumir o Governo da Província por não querer transferir-se para Oeiras e achando que seus negócios particulares careciam, naquele momento, de uma atenção maior, visto a queda acentuada que se verificava no comércio do charque.

Na realidade Simplício Dias da Silva tentava reaver seus negócios da indústria do charque, diante da queda vertiginosa no abate de reses que caíra nos últimos anos de 40.000 reses (1820) para 10.000 (1824). E buscava, também, a recuperação de seus bens, visto que parte de sua fortuna havia sido consumida no custeio de tropas patrióticas e mercenárias na Guerra da Independência. Outro fato que agravou ainda mais a situação da indústria do charque foi que os tradicionais mercados consumidores – a região mineradora e zona canavieira – reduziram significativamente suas atividades.

O declínio do ciclo do açúcar e da mineração e mais a concorrência de outros centros produtores de melhor qualidade, no centro sul, provocaram um colapso nos melhores mercados consumidores do gado piauiense, de modo que a economia pecuarista passou a enfrentar problemas. (NUNES, 1995: 86).

A recusa de Simplício Dias da Silva em assumir a presidência da Província abriu espaço para que a antiga elite agrário-pastoril se firmasse no poder. Essa elite pode ser simbolizada na figura de Manoel de Sousa Martins, futuro Visconde da Parnaíba.

No Piauí a Independência revelou-se um movimento comandado pela elite. A recusa de Simplício Dias configurava-se na simples transferência do comando aristocrático industrial-exportador (charqueadas) para o agropastoril. Guardando as devidas proporções na composição social da época, a massa popular urbana e rural apesar do heroísmo de alguns enfrentamentos e batalhas, não figuraram na composição do novo governo.

A própria Independência de 1822 – embora contivesse em si o potencial de um movimento social de envergadura – ao deixar intacta a escravidão e a estrutura fundiária latifundista, de um lado, e por se valer da hipertrofia burocrática acarretada pela transferência da corte portuguesa para o Brasil, de outro, manteve a sociedade brasileira como “sociedade de poucos cidadãos” e conferiu ao novo Estado nacional – e imperial – o mesmo caráter de um Estado bastante descolado e sobreposto à sociedade. (MEDEIROS, 1995: 163).

O universo populacional urbano do Piauí era muito pequeno e o rural extremamente disperso, residindo, nesse particular, um dos principais problemas pela existência diminuta de escolas na Província “[...] A sociedade tem marcas predominantemente agrárias, que envolvem, sufocando-as, as relações urbanas. As unidades produtoras estão implantadas na zona rural[...]”. (BRANDÃO, 1995:33). Na obra “Memória Estatísticas do Império Brasileiro” podemos encontrar Oeiras, capital da província, em 1823 com 3.000 habitantes, enquanto São Luiz, capital da Província do Maranhão, já apresentava uma população de 25.000 habitantes.

Manoel de Sousa Martins governou a Província do Piauí por quase vinte anos e seu desempenho no setor educacional é sofrível. Limitou-se a manter as cadeiras de latim de Oeiras, criada por decreto de 15 de julho de 1818, a de Parnaíba restaurada em 04 de março

de 1820, onde em ambas, por não se encontrar pessoas qualificadas para ocuparem suas vagas foram colocadas em concurso em Salvador/Bahia, e a criar algumas outras escolas de primeiras letras, em Oeiras, Campo Maior e Valença (1824), uma cadeira de latim em Campo Maior em 1828 e escolas de primeiras letras nos povoados de Poty, Barras, Piracuruca, Piranhas, Jaicós, São Gonçalo, Marvão, Parnaíba e Parnaguá (1829).

No relatório anual da administração (1834), o presidente da Província, admite que das 14 (quatorze) escolas então existentes, 07 (sete) delas encontravam-se desprovidas de professores. “Providas as cadeiras em inábeis professores, porque homens inteligentes e ilustrados não se queriam sujeitar à sorte precária do Magistério – como que a instrução corria à revelia, árida e improfícua. As cadeiras de instrução maior viviam em completo abandono, e os que se aceitava, ou não eram habilitados, ou mal cumpria com seus deveres.” (ALENCASTRE, 1981: 90).

A educação da província encontrava na baixa densidade demográfica de 0,3 hab./km², conforme censo de 1826, e no reduzido universo infantil da província que indicava dados de 1826 em 16.118 o total de crianças entre 0 e 10 anos de idade, sendo que 31,33% dessas eram crianças escravas e o restante 53,33% eram classificadas como crianças pardas, um dos elementos que justificavam seu péssimo desempenho, aliado às ações tímidas por parte do governo da província “[...]A instrução pública era uma palavra sem significado”. (ALENCASTRE, 1974, p. 90).

Parnaíba no primeiro recenseamento realizado pelo governo da província, em 1826, apresentou 350 fogos (residências) e uma população de aproximadamente 1.100 habitantes. A cidade figurava nesse recenseamento como o segundo maior centro urbano da província. A população total da província registrada naquele censo de 1826, foi de 94.948 habitantes. Levando-se em conta que a população urbana dos dois maiores centros, não atingia 4.000 habitantes. Conclui-se facilmente que o grosso da população piauiense encontrava-se na zona rural, organizado de forma extremamente dispersa.

Essa abordagem sobre população e sua localização se faz necessário para que melhor se compreenda as dificuldades estruturais de instalação e manutenção de escolas no Piauí e particularmente em Parnaíba.

No ano da Independência, 1822, não se encontrava em Parnaíba o menor sinal da existência de escolas, bem como em todo o Piauí, não havia uma só funcionando.

Manoel de Sousa Martins, Visconde da Parnaíba, entre pequenos intervalos na ausência do poder, governou o Piauí de 24 de janeiro 1823 até 30 de dezembro de 1843. No setor educacional, digno ainda de registro em sua administração o crescente aumento de receita

para educação nos anos de 1835, 1836, 1837, até que o combate aos revoltosos balaios, vai deslocar recursos de todos os setores da administração para o esforço de guerra contra a Balaiada.

A Balaiada representará os interesses marginalizados da sociedade imperial da época, lutando contra o domínio do latifúndio em busca de mudanças na estrutura fundiária das Províncias. Sua marca fundamental foi a grande violência das lutas, onde foram devastados os rebanhos, as vilas e as benfeitorias das fazendas da região. (BONFIM, 1995: 46).

Registre-se ainda, que as cadeiras de latim da província estavam providos (1834) e criou-se na capital, Oeiras, cadeiras de Filosofia, Retórica, Geometria e Francês (1835).

Quando Manoel de Sousa Martins entregou o poder em dezembro de 1843, era esse o balanço do ensino público: 21 cadeiras de instrução primária, sendo 18 do sexo masculino e 3 do sexo feminino e 7 do ensino secundário, 4 na capital, Oeiras, 02 em Parnaíba e uma em Príncipe Imperial. É importante ressaltar que a matrícula em todas essas escolas não chegava a 400 (quatrocentas) crianças.

A QUESTÃO DO MÉTODO



Figura 11: Alegoria criança estudando

Não bastando as dificuldades de ordem estrutural como baixa densidade demográfica, falta de pessoal qualificado para o trabalho docente e descaso do poder público, o primeiro governo provincial do Piauí, viu-se em extrema dificuldade em aplicar o método pedagógico criado pelo inglês Joseph Lancaster, já utilizado em vários países da Europa e que na visão do imperador D. Pedro I, era o ideal para ser adotado pelas escolas públicas do Império.

Convencido da eficácia do método e usando de suas prerrogativas Constitucionais, o Imperador baixa portaria em 22 de agosto de 1825, ordenando a adoção do método Lancaster em todas as províncias do Império. No Piauí, o presidente da província, oficia ao imperador relatando suas dificuldades.

Pela Imperial Portaria de vinte e dois de agosto deste ano, recebida a doze do presente mez, fico na intelligencia de que Sua Majestade o Imperador, reconhecendo a grande utilidade que resulta a seus fiéis súbditos do Estabelecimento de Escolas Públicas de Primeiras Letras pelo methodo Lacastriano que achando-se geralmente admitido em todas as nações civilisadas tem a experiencia mostrada serem muito própria para imprimirem na Mocidade os primeiros conhecimentos: Manda por essa Secretaria dos Negócios do Império que eu promova quanto me for possível, a introdução a estabelecimento das referidas escolas de cujos benefícios hajão de aproveitar-se os habitantes desta província. Sobre o que cumpreme participar a Vossa Excelência para fazer chegar ao conhecimento de Sua Majestade Imperial que nesta Província não há indivíduos que seja instruídos no methodo Lencastriano, que o possa ensinar e por isso me vejo impossibilitado de promover o estabelecimento das referidas escolas: e o Mesmo Augusto Senhor Faria um grande beneficio a esta Província se a Ella Houvesse de Mandar pessôa que tendo os conhecimentos precisos podesse ensinar indicado methodo. (BRITO, 1996: 20-21)

O método Lancaster voltará a figurar como o oficial para as escolas públicas na lei de 15 de outubro de 1827, que regulamentava o item 32 do artigo 170 da Constituição de 1824, e na portaria ministerial de 15 de junho de 1829, gerando, obviamente, constrangimento para o governo provincial para a implantação de tão decantado método, uma vez que o governo imperial nunca atendeu a solicitação do Presidente da Província de promover um treinamento entre os mestres locais para aplicação do método Lancaster.

O método, que tinha por tentativa suprir a falta de professores consistia num "ensino mútuo", onde um aluno treinado (decurião) ensina um grupo de dez alunos (decúria) sob a rígida vigilância de um inspetor. A experiência do método Lancaster resultou em um grande fracasso e no descontentamento geral entre os mestres que já atuavam nas poucas escolas existentes, o que levou o presidente da Província a oficiar aos órgãos da corte:

Incalculável a confusão produzida em o curto espírito dos mestre-escolas ao lhes ser imposto o novo processo de ensino pelo governo da Província [...] Nenhum professor se achava com as habilitações para pôr em prática o método de Lancaster [...] De todos os pontos onde há escolas, surgem as reclamações. Falhava, assim o ensino oficial, mal ministrado que era, nas três únicas escolas existentes: Oeiras, Parnaíba e Campo Maior." (CARVALHO, 1983:33.)

Outro registro da ingerência dos poderes públicos sobre o que deveria ser utilizado nas escolas da província, encontramos a lei nº. 01 de 29 de maio de 1837, aprovada pela Assembléia Legislativa Provincial, que tivera sua primeira legislatura empossada em 04 de maio de 1835, que determinava a adoção nas escolas públicas da província, dos "Compêndios de Lógica, Metafísica e Ética" de autoria de Mr. Edwin Tonele e traduzidos para o português pelo Dr. João Cândido de Deus e Silva, ex-Juiz de Parnaíba e herói da independência do Brasil no Piauí e a obrigatoriedade por destinação de verbas orçamentárias nos anos de 1835-1836, da adoção do dito método Lancaster nas escolas de Parnaíba e Campo Maior

A AÇÃO GOVERNAMENTAL



Figura 12: Alegoria criança estudando

Logo que assume o governo da Província, Manoel de Sousa Martins, em setembro de 1824, manda restaurar a cadeira de Latim de Parnaíba. Porém, por falta de mestres a cadeira permanecia vaga. Tentando solucionar o problema, o decreto de 15 de novembro de 1827, aumentava o salário do professor de latim de Parnaíba para Rs 300\$000 (trezentos mil réis) anuais e colocava a vaga em concurso na cidade de Salvador – Bahia.

Registra-se no ano de 1829, a portaria de 07 de julho, criando uma escola de primeiras letras em Parnaíba e fixando o ordenado anual de Rs 200\$000 (duzentos mil réis) para o professor. Tal escola ficou desprovida de professor até o final do ano de 1831.

Em balanço realizado na educação na província, confirmou-se que em 1832 apenas cinco escolas de primeiras letras no Piauí possuíam professores. A de Parnaíba era um das que encontrava-se, naquele momento, suprida.

A responsabilidade pela educação era, também, dividida com as autoridades municipais, uma vez que

Era incumbência das Câmaras Municipais fiscalizar as escolas, e ao Juiz de Paz atribuía-se o dever de observar a educação dos filhos-família de ambos os sexos, cujos pais não tivessem renda para mantê-los, educá-los e empregá-los em ocupações decentes; deveria, então, aquela autoridade aproveitá-los em ofícios úteis e próprios a cada sexo, dados à soldada a quem os ensine as primeiras letras. (NUNES, 1975:441.)

Ao final da administração do presidente da Província, Manoel de Sousa Martins,

dezembro de 1843, que governou o Piauí por quase vinte anos, encontrava-se em funcionamento em Parnaíba duas escolas de primeiras letras e duas cadeiras de nível secundário uma de latim e outra de retórica.

No entanto o presidente que o sucedeu, Tomás Joaquim Pereira Valente, reduziu de 21 para 19 as escolas de primeiras letras da província e fechou as cadeiras de nível secundário de Parnaíba e três das quatro que existiam na capital, Oeiras.

Desde o fim do funcionamento da última charqueada em 1827, Parnaíba viveu, até o início do processo de navegação do rio Parnaíba (1859), um longo período de estagnação econômica.

Apesar dessa situação, nesse intervalo, a Vila da Parnaíba foi elevada a categoria de cidade pela Lei Provincial nº. 166 de 14 de agosto de 1844. Pereira de Alencastre descreve assim a nova cidade:

Possui 183 casas de telha, inclusive alguns sobrados, uma boa igreja de Nossa Senhora do Rosário, ainda por concluir, a alfândega, que foi criada em 1811, e duas escolas de instrução primária para ambos os sexos. Esta freguesia tem 32 léguas de extensão e 20 de largura; sua população pode ser calculada em 11.000 almas, distribuídas por 17 quarteirões, e 4.978 fogos. Sendo pouco agrícola este município, avanteja-se na criação do gado vacum e cavalariço, sendo 260 o número dos indivíduos que se empregam nesta industria.” (ALENCASTRE, 1974: 76).

No entanto, nesse mesmo ano, 1844, em que Parnaíba atingia a categoria de cidade, no setor educacional as matrículas registradas nas escolas de primeiras letras são insignificantes: 30 crianças do sexo masculino, 16 do sexo feminino e 15 crianças de ambos os sexos que freqüentavam uma escola particular de primeiras letras. Não havia registro de matrículas em cadeiras de nível secundário.

Dez anos depois, em 1854, em Parnaíba, o quadro educacional havia se modificado muito. Existia 30 cadeiras de instrução primária para crianças do sexo masculino, 16 para o feminino, o Liceu com sete cadeiras secundárias e o Estabelecimento de Educando Artífices onde órfãos e meninos pobres buscavam aprender um ofício.

O resultado desse triste desempenho da educação na província do Piauí ficou registrado no primeiro grande censo geral do Império de 1872, que obteve os seguintes dados: apenas 2.801 crianças livres entre 6 e 15 anos freqüentava a escola; cerca de 23.000 crianças na mesma faixa etária estavam fora das escolas; 85% da população adulta era analfabeta e somente 6 (seis) escravos do sexo masculino sabiam ler.

O último registro oficial, durante o Império, que obtivemos da ação do governo provincial em relação a educação de Parnaíba, foi uma portaria do Presidente da Província, Manuel do Rego Barros Sousa Leão, criando uma escola noturna em 7 de outubro de 1871.

Essa escola teve uma curta existência. A Lei Provincial nº. 822, de 15 de agosto de 1873, extinguiu a dita escola noturna de Parnaíba e todas as outras existentes na província.

Na ausência de uma ação mais decisiva por parte do governo da província, visando a manutenção do ensino, as famílias que queriam seus filhos lendo e escrevendo as primeiras letras, tinham que contratar professores particulares, os “mestres de varanda”, que peregrinavam de fazenda em fazenda, nas “casas grandes” ou “casas de telhas” “disarnando menino”. “Os nossos lentes não desmereciam a confiança do povo se bem que não fossem sábios engenhos, mas para o meio e a época, não deixavam de ser meias sumidades.” (SAMPAIO, 1996, p. 15) o que se constituía numa “[...] Escola cara, distante, que impossibilitava as crianças menos ricas de freqüentarem e com métodos duros e ríspidos para a alma infantil[...]” (FALCI, 1991: 31).

A DIFÍCIL MARCHA DO ENSINO PÚBLICO NO PIAUÍ IMPERIAL

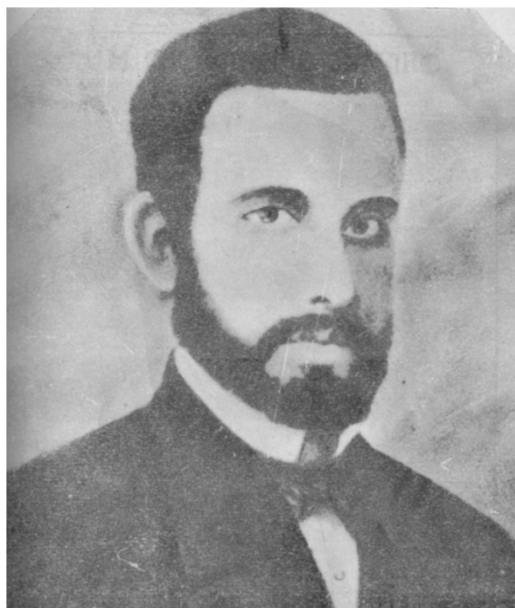


Figura 13: Conselheiro Saraiva - Gov. do Piauí

Período que se seguiu de 1845 até o fim do império em 1889, no Piauí, foi de iniciativas mais ousadas por parte do poder público e da implantação de uma burocracia para o controle do ensino e sua normatização.

O ponto de partida dessa ousadia do poder público foi a fundação em 04 de outubro de 1845 do Liceu Provincial pelo presidente da província Zacarias Goes Vasconcelos, com sede em Oeiras, que na prática só se efetivaria em 1848. Porém a existência do Liceu Provincial na segunda metade do século XIX foi um tanto conturbada.

Em 1852 o Liceu é transferido para Teresina, a nova capital, sofrendo paralisação de suas atividades, em virtude das próprias contingências da mudança.

Com a alegação de que a escola apresentava uma freqüência extremamente irregular de seus alunos, o governo tomou a decisão de extinguir o Liceu Provincial, em 1º de agosto de 1861, quando respondia pela presidência Antônio de Brito Sousa Gaioso.

Pereira de Alencastre em 1855, portanto, seis anos antes da extinção do Liceu, já denunciava:

Criou-se depois o Liceu, porém esse estabelecimento literário de que tão belos frutos se esperava – nenhum bem tem trazido à Província, também porque aqueles que a têm governado depois da sua criação, nunca lhe deram a importância merecida, deixando-o sempre entregue à sua desorganização. (ALENCASTRE, 1981: 50).

No governo de Adelino Antônio de Luna Freire o Liceu foi reaberto em 09 de outubro de 1867.

Outro estabelecimento de vida conturbada foi o Colégio de Educandos Artífices, criado por lei Provincial de 20 de setembro de 1847, no governo de Marcos Antônio de Macedo, só instalado em 1º de fevereiro de 1849, em Oeiras, quando essa ainda era a capital no governo Antônio José Peretti. Com a mudança da Capital da Província para Teresina (1852) ocorre a transferência do educandário já na administração de José Antônio Saraiva.

A Escola Normal do Piauí foi uma outra escola que não ficou livre dos caprichos dos governantes: em 1867 foi extinta no governo Luna Freire; em 1871 recriada como anexo ao Liceu no governo de Manuel de Barros Sousa Leão; extinta novamente em 1874 no governo de Adolfo Lamenha Lins; posta novamente em funcionamento em 1882 no governo de Manoel Idelfonso de Sousa Lima e definitivamente extinta em 10 de outubro de 1888, quando governava o Piauí, Francisco José Viveiros de Castro.

O ensino noturno teve, por parte do governo provincial, algumas tentativas de implantação. O governador Manoel do Rego Barros Sousa Leão instalou quatro delas somente no ano de 1871: Teresina (setembro); Amarante, Oeiras e Parnaíba (outubro); Pedro II e Piracuruca (novembro).

Porém, a falta de continuidade nas ações de governo levaram a extinção de todas essas escolas noturnas pela Lei Provincial nº. 822 de 15 de agosto de 1873, quando governava o Piauí, Adolfo Lamenha Lins, “O problema educativo do Piauí não constitui, na sua situação característica, fenômeno isolado do complexo social brasileiro. Antes, sofre-lhe as deficiências generalizadas, reflete-lhe as impropriedades crônicas e espelha-lhe o grande mal da ausência de orientação indeclinável e coordenação. Aqui, como além, até bem pouco, ele se apresentou como simples equação ocasional, resolvida, a intervalos e parceladamente, nas folgas da administração e com as sobras do erário. Nunca, porém, se mostrou como problema em bloco, no conjunto dos vastos e importantes aspectos que, na realidade, encerra e comporta”. (Napoleão, In: Almanaque da Parnaíba, 1934, p. 132).

São dignas ainda de registro no período que vai de 1845 até a Proclamação da República, as seguintes iniciativas governamentais: concessão de bolsa de estudo para estudantes que quisessem estudar medicina, engenharia e direito fora do Piauí (1846); implantação do serviço de instrução pública em 1859; criação de um estabelecimento educacional para meninos órfãos e inválidos em Teresina (1873) e a criação da Sociedade Promotora da Instrução Popular que instalou uma biblioteca em Teresina (1874).

AS INICIATIVAS PARTICULARES NO PIAUÍ IMPERIAL



Figura 14: Ginásio Primeiro de Maio - Floriano/PI

Diante do péssimo desempenho do ensino público no Piauí, a solução que algumas famílias, um pouco mais abastadas, encontravam era enviar seus filhos para escolas nas províncias da Bahia, Pernambuco, Maranhão ou acreditar em algumas iniciativas particulares que se sucediam nos mais diversos pontos da província, seja na estruturação de educandários ou na ação peregrina dos mestres de varanda que vagavam pelas fazendas dos vastos sertões piauienses. A mais significativa iniciativa de superação do atraso educacional, no período que antecede a Proclamação da Independência, foi a fundação em 1820, de uma escola de ensino primário e secundário na fazenda Boa Esperança, pelo Padre Marcos de Araújo Costa, que funcionou em regime de internato por mais de trinta anos, só fechando em 1859, com a morte de seu proprietário. Ao referir-se a esse educandário, Pereira da Costa o compara a “um oásis em meio do deserto”. E o inglês George Gardner em seu livro "Travels in Interior of Brazil" dá sobre ele interessante depoimento. “Encontrei naquele sítio um pedaço de minha pátria” e acrescenta “A fazenda Boa Esperança é a maior de quantas até então visitara em todo o Brasil”. (Brito, 1996, p. 23). Padre Marcos ainda serviu ao Piauí como secretário do primeiro governo eleito da província (20/09/1824 a 01/05/1825) e como vice Presidente da Província em dois mandatos (1825-1826 e 1826-1829).

"As escolas públicas do Brasil eram extremamente precárias, funcionavam em prédios adaptados e, muitas vezes, na residência do professor. As classes - com alunos de diferentes idades e graus de conhecimento e em número excessivo - eram atendidas por apenas um

professor, em geral não habilitado a ministrar aulas. O currículo adotado não ia além das primeiras letras, noções de gramática portuguesa, um pouco de aritmética, além de aulas avulsas de francês e latim." (Elias In: Nossa História nº 23. p. 82.)

Uma outra iniciativa particular que merece destaque foi organizada pelo padre Francisco Domingos de Freitas, na Fazenda Periphery de sua propriedade, onde em 1855, fundou uma escola primária e um curso de latim.

Sucederam-se durante o período imperial várias outras iniciativas particulares que merecem referência: em 1868 o Dr. Jesuíno José de Freitas funda o Colégio Nossa Senhora do Amparo; a Escola de Humanidades fundada em 1862 pelo engenheiro Aureliano Ferreira de Carvalho, de curta duração; A Escola Particular Noturna de Teresina, montada com recursos do farmacêutico Eugênio Marques de Holanda, que funcionou de 17 de agosto de 1880 até sua extinção em janeiro de 1882; o Colégio Jugurtino, criado em março de 1887 pelos professores Jugurta José Couto e Leôncio e Sá.

Mas de todas as iniciativas de escolas particulares, a que obteve maior sucesso foi o Colégio Nossa Senhora das Dores, fundado em 1º de maio de 1882, sob direção de Miguel de Sousa Borges Leal Castelo Branco. Com uma estrutura extremamente organizada, o colégio funcionava em regime de internato e externato, recebendo clientela tanto masculina quanto feminina.

PIAUI: PANORAMA EDUCACIONAL NA PRIMEIRA REPÚBLICA



Figura 15: Ginásio Odilon Parente - Barras / Piauí

O panorama educacional no final do século XIX e das duas primeiras décadas do século XX, foi marcado por consecutivas e desconexas reformas; influências do poder político sobre a instrução pública; forte controle ideológico sobre os professores e arbitrariedades como exonerações, transferências e substituições cometidas em nome da defesa do regime republicano e contra subversivos.

E a indiferença é partida mesmo dos poderes públicos, preocupados mais em solver 'casos políticos', as crises partidárias oriundas de interesses contrariados, deixando sempre por solver a questão do ensino do povo, cujo abandono é a causa essencial de todos os males. (FERREIRA in: CARVALHO, 1983:128)

O ensino secundário mantinha em seus quadros profissionais das mais diversas áreas, que encontravam no magistério uma atividade complementar ou auxiliar, sem um compromisso direto com as atividades educacionais.

Os recursos para educação no Piauí, na primeira república, sempre foram escassos. A insignificância de salários provocava o baixo nível de preparo de grande parte dos professores e quanto a estrutura física das escolas, chegou-se mesmo a criar uma loteria para angariar recursos para conservação dos prédios escolas.

Em 1934, o professor Martins Napoleão, Diretor Geral de Ensino do Piauí, em artigo para o Almanaque da Parnaíba revela o quadro até aqui descrito:

Verdade é, sem dúvida, que aquelas condições especiais derivaram sempre, ora do limitado horizonte visual dos seus administradores; ora da pobreza, sovínice ou indiferença do tesouro, contrárias ao espírito de iniciativa de alguns dirigentes; ora, da própria limitação intencional dos serviços, dados, por achegas, entre rebarbas de outros empregos, a cidadãos em vilegiatura de professores. Sobre isso, o descritório partidarista, fábrica de escolas e prêmios de eleitores, com os docentes aliciados a grau de parentes. (ALMANAQUE DA PARNAÍBA, 1934: 57).

O ensino elementar era marcadamente ocupado por mulheres, expandindo ainda mais esse mercado com criação da Escola Normal Oficial em 1910. No entanto, o celibato para o exercício do magistério ou no máximo a ocupação para viúvas era uma das normas que constavam nos Estatutos da Instrução Pública em 1922, limitava, assim, formação de mulheres casadas na educação pública.

Mas apesar de todas essas dificuldades, parte da sociedade e da intelectualidade, no início da República, apostava na função redentora da educação, nessa efervescência instrutiva, que levava famílias de cidades do interior a quebrarem muito cedo os laços afetivos e colocarem seus filhos hospedados em casas de parentes, internatos e pensionatos na capital piauiense quando se tratava de ensino secundário.

No entanto, quando chegava o momento de ingresso nas faculdades, as famílias com melhores financeiras remetiam seus filhos aos estudos em Pernambuco para a Faculdade de Direito de Recife ou para o Seminário de Olinda; para Salvador-BA, para os curso de medicina e farmácia; São Luís para o seminário das Mercês e Rio de Janeiro para cursarem medicina ou engenharia na Politécnica. Mas, o ensino primário, em todo o Estado era o que apresentava maior deficiência e precariedade: escolas funcionando nas residências das professoras; ausência de prédios escolares; alunos tendo de levar suas próprias cadeiras para sentar-se às aulas e baixos salários pagos aos professores.

"São as escolas de uma penúria desconfortante. As do interior, em prédios particulares, sem higiene, sem mobiliário, não são próprias a atrair alunos." (REVISTA DO IHGB de 1922 in: CARVALHO, 1983:71A)

Somente a partir de 1920, com o início da construção do prédio da Escola Normal Oficial, totalmente projetado para atividades escolares, foi que se seguiram a construção de grupos escolas na capital e em diversos municípios do interior piauiense.

Apesar da pressão do governo de instituir até multas aos pais que não matriculassem seus filhos no ensino primário (Resolução nº. 267. 29/06/1901); do otimismo pedagógico e do entusiasmo pela educação sustentado pela intelectualidade, a instrução pública no Piauí andava a passos lentos. Diante disso, iniciativas populares se sucediam. Em 1908 foi criada a Sociedade Auxiliadora da Educação que fundou a Escola Normal Livre, provocando o governo a criar dois anos depois, em 1910, a Escola Normal Oficial, levando a desativação da Escola Normal Livre, com a incorporação de seu quadro de professores.

"Funda-se, então sob os melhores hospícios a 'sociedade auxiliadora da instrução', que abriu, logo, a escola normal livre, destinada exclusivamente à educação da mulher, à formação de professores. O professorado da nova instituição era composto do que Teresina

possuía de mais seletos, assim nas culminâncias do grêmio social, como na cultura do espírito e talento. Era toda uma plêiade possuída de ardorosos sentimentos cívicos, fortemente convicta de que os fundamentos, base, em suma, do alevantamento moral e material da pátria reside no preparo, na educação das gerações que surgem. Ocupavam todos os seus lugares de mestres, gratuitamente, inclusive, o diretor, que também fazia parte do corpo docente." (Gov. Arlindo Nogueira in: CARVALHO, 1983:110.)

Consolidado o ensino Normal no Piauí, as resoluções, decretos e reformas são uma constante nas mudanças curriculares da instituição e na normatização do ensino no Estado. A existência do ensino normal, além da Escola Normal Oficial, na capital, podia ser encontrado no Colégio Sagrado Coração de Jesus (Teresina) e na Escola Normal Municipal (Parnaíba em 1927).

Outra importante iniciativa governamental, anterior a Escola Normal Oficial, no ensino médio foi a criação do Liceu Piauiense, regulamentado em 03 de dezembro de 1898, tendo em 1918, conseguido equiparação ao Colégio Pedro II no Rio de Janeiro.

O quadro de professores do Liceu do Piauí ostentava relevo dentro da intelectualidade local, além de pessoas de prestígio social.

[...] É nessa época que se projeta socialmente a "geração de ouro" da cultura piauiense, a quem se deve a fundação da Academia Piauiense de Letras, em 1917. A criação do Bispado do Piauí (1906) dá maior dinamismo à ação da Igreja, que passa a manter o Colégio Diocesano (masculino) e o Colégio Sagrado Coração de Jesus (feminino), em Teresina, além de uma rede de Patronatos e Colégios em cidades do interior. Ao Liceu se junta a Escola Normal (1913) e mais tarde a faculdade de Direito (1931). Filhos e filhas dos grandes proprietários, muitos vindos diretamente da zona rural, juntam-se aos filhos da classe média urbana e começam a ter um horizonte cultural mais amplo e moderno. (MEDEIROS, 1995: 167).

Mas aos filhos das camas mais humildes da população era necessário oferecer, além da instrução, um ofício. Por isso, desde 1849, quando foi criado na capital Oeiras, o Estabelecimento dos Educandos Artífices, várias tentativas se seguiram, marcadas por fechamentos e reaberturas daquela escola profissionalizante no Piauí.

Criado em 1849 o Estabelecimento de Educandos Artífices foi extinto em 1873 e reaberto no mesmo ano. Extinto novamente em 1875. Reaberto em 1900 com a denominação de Liceu de Artes e Ofícios; extinto em 1904. Reaberto em 1910 com o nome de Escola de Aprendizagem Artífices, agora mantida pelo governo federal apresentando maior solidez.

Essa escola, transformada depois sua denominação para Escola Industrial do Piauí, foi o embrião do atual Centro Federal de Educação Tecnológica - CEFET do Piauí, que hoje oferece diversos cursos profissionalizantes em nível de Ensino Médio e Tecnológico.

Independentes das escolas aqui mencionadas com mais detalhes, diversas outras

iniciativas espalharam-se pela capital e interior do Estado. Citemos algumas: Instituto Karnak (Teresina, 1890); Colégio Santo Antônio (1900); Atheneu Piauiense. Colégio 24 de janeiro (1915); Colégio Correntino Piauiense (Corrente 1904); Seminário Colégio Diocesano (Teresina (1906); Colégio Nossa Senhora das Graças (Parnaíba 1907); Ginásio Parnaibano (1927); Instituto Coelho Rodrigues (Floriano) e Ginásio Municipal de Floriano.

Dentre as escolas mencionadas, três refletem a iniciativa da Igreja Católica no setor educacional: o Colégio Diocesano e o Colégio Sagrado Coração de Jesus em Teresina e o Colégio Nossa Senhora das Graças em Parnaíba. Um atestado à liberdade de culto efetivada pela República, foi a criação do Colégio Correntino Piauiense, com orientação de religiosos batistas, fundado em 1904.

O ensino noturno foi contemplado por iniciativa do poder público de Teresina, que criou em 1902 a “Escola Noturna Municipal” e de instituições como a maçonaria, que, também, mantinha uma escola noturna e de ligas operárias como o Centro Proletário que fundou a “Escola Noturna 14 de Julho”.

Iniciativas como a fundação do Centro Proletário (1904) e a criação da Escola Noturna 14 de Julho, são consideradas por alguns estudiosos como o embrião de movimentos populares organizados por educação no Piauí. “Por outro lado, em Teresina, Parnaíba e em algumas outras cidades do interior, surgem organizações “proletárias”, com número reduzido de sócios e constituídas sobretudo de artesãos”. (Medeiros, 1995, p. 168).

Encerrávamos a “República Velha” com a rede primária de ensino estadual apresentando os seguintes números: vinte grupos e oitenta e duas escolas isoladas. Já o ensino secundário era lecionado somente no Liceu Piauiense, Colégio Diocesano (em Teresina); no Ginásio Parnaibano, no Instituto Coelho Rodrigues (Floriano) e no Ginásio Municipal de Floriano.

Diante do quadro que se apresentava ao final do primeiro período republicano, começam a ser levantadas ideias defendendo a instalação de cursos superiores no Piauí. Levadas a cabo, essas idéias se concretizaram, quando, em 14 de abril de 1931, foi solenemente instalada a faculdade de Direito do Piauí.

[...] o título de doutor valia tanto quanto o de proprietário de terras, como garantia para a conquista de prestígio social e de poder político. Era compreensível, portanto, que, desprovida de terras, fosse para o título que essa pequena burguesia iria apelar, a fim de firmar-se como classe e assegurar-se o status a que aspirava. (ROMANELLI, 1997: 37).

FATOS MARCANTES NA PARNAÍBA DA REPÚBLICA VELHA

UM PORTO PARA O PIAUÍ

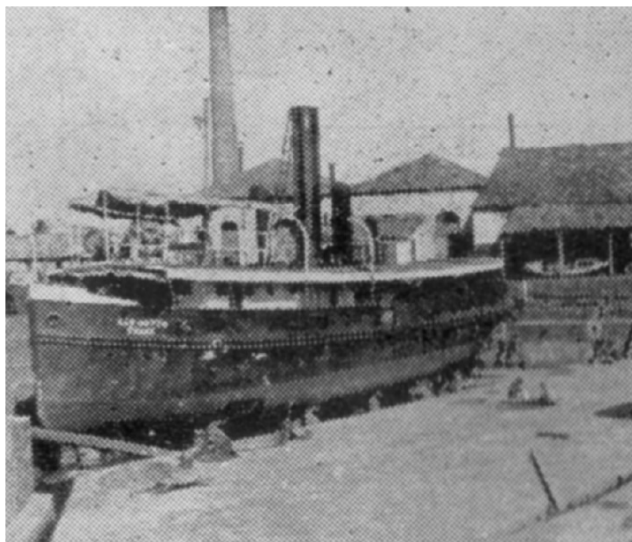


Figura 16: Estaleiro da Casa Inglesa

O período denominado historicamente como República Velha ou Primeira República (1889 – 1930) foi decisivo na formação de instituições, organizações e infra-estrutura que possibilitaram a transformação de Parnaíba no principal centro econômico do Piauí nesse período. A navegação do rio Parnaíba foi determinante para o progresso do comércio e de todo um aparato que se formou para o desenvolvimento, como o estabelecimento de companhias de navegação. Para isso o governo estadual lançou mão de incentivos que efetivassem o rio Parnaíba como principal via de transporte, como a Lei nº. 41, de 17 de julho de 1894, que autorizou a concessão de subvenção anual de 24 contos de réis, durante 05 anos à empresa que reinstalasse a navegação no rio Parnaíba; Lei nº. 359, de 18 de julho de 1904, que estabelecia subvenção a empresa que fizesse, mediante contrato, a ligação Floriano a Parnaíba. E em 07 de novembro de 1903, um Ato da Capitania dos Portos do Piauí, que liberava o tráfico do rio Parnaíba a qualquer cidadão.

A ligação do Porto de Parnaíba e Amarração com outros portos do Brasil, era necessário para complementar a cadeia comercial. Observando ser no comércio interno e externo, a redenção fiscal do Estado e a consolidação do Piauí em um novo ciclo econômico, o governo estadual passa a incentivar a navegação marítima até Amarração com linhas diretas e regulares. Para isso aprovou a Lei nº. 229, de 21 de junho de 1900, que concedia subvenção anual de Rs 18:000\$000 (dezoito contos de réis) às Companhias de Vapores que fizessem a ligação Recife-Amarração.

Em junho de 1901, a Companhia de Navegação a Vapor do Maranhão, firma contrato com o governo do Estado, comprometendo-se a fazer 06 (seis) viagens mensais à Amarração. Por pressão dos representantes do Piauí, em 1903, o Ministério da Fazenda baixou um ato proibindo a entrada de navios de longo curso no porto de Tutóia, visto prejudicar os interesses econômicos do Piauí e de Parnaíba. O efeito desse ato do Ministério da Marinha começa a se fazer sentir. Paulatinamente, escritórios de empresas de navegação firmam-se em Parnaíba: em 1913 a Lloyd Brasileiro, as companhias inglesas “Red Cross Line e a “Booth & Co”, a Companhia Pernambucana, a Companhia Maranhense e a Companhia Nacional de Navegação Costeira já operavam regularmente em Amarração com escritórios em Parnaíba. “Enquanto Parnaíba nascera sob o mercantilismo e já ingressava no capitalismo, o restante do Piauí permanecia sob o regime feudal e patrimonialista, submetido ao patriarca dos latifundiários ou aos seus representantes, a burocracia estatal”. (MENDES, 1994: 74).

Acompanhando esse desenvolvimento econômico a cidade de Parnaíba vai formando uma infra-estrutura compatível com os novos tempos: uma linha de bonde (26 de maio de 1891); o telégrafo (5 de outubro de 1892); a Santa Casa de Misericórdia (26 de abril de 1896); vice-consulado Britânico (1913); a agência do Branco do Brasil (4 de junho de 1917); um corpo militar do Tiro de Guerra (24 de outubro de 1917); uma Associação Comercial (1º de Fevereiro de 1917); Linha aérea regular da “Nirba Line” utilizando hidroaviões (1930) dentre outros empreendimentos. A construção do Porto de Amarração consolidaria de vez esse momento econômico que passava o Piauí e Parnaíba particularmente. Em 1901 tem início, por parte dos parnaibanos, uma intensa campanha visando a construção do porto de Amarração. Em 1911 o governo do estado anuncia a formação de uma comissão para fazer estudos na barra e no porto de Amarração, que conclui pela viabilidade da construção do porto.

O esplendor econômico, o brilho político, a independência comercial, o exercício de múltiplas e variadas indústrias. O vigor financeiro, o advento de uma nova era de riquezas incalculáveis, e até o desenvolvimento rápido e fecundo das artes, das letras, e das ciências, tudo dependerá da influência maravilhosa do mar, por intermédio de um porto franco e profundo, construído na risonha vila piauiense Amarração. (ARMANDO MADEIRA in MENDES, 1994: 27).

Assim proclamava Armando Madeira em 1920, numa publicação intitulada “Interesses Piauienses” mandada editar em São Paulo pela Associação Comercial de Parnaíba para divulgar a idéia do Porto de Amarração, considerado de extrema importância para o desenvolvimento do Estado do Piauí.

O balizamento feito pela Capitania dos Portos no canal de acesso ao porto de Tutóia e na barra de Amarração era paliativo em vista da aspiração maior dos parnaibanos: a

construção do porto de Amarração.

Os anos de 1920 e 1921 foram marcados por uma vigorosa campanha para a construção do porto. Estiveram visitando com o objetivo de reconhecerem a situação e discutir a idéia junto com os membros da Associação de Parnaíba, Antonino Freire da Silva, senador piauiense, e como delegados do Governador do Estado, os deputados Dr. José Pires Rebelo e Armando César Bulamarqui.

A exploração da cera da carnaúba e outros produtos do extrativismo vegetal, tinham transformado a cidade de Parnaíba no mais importante empório comercial e exportador do estado e um dos maiores do Nordeste.

Em Parnaíba havia uma conexão dos vapores que subiam e desciam o Parnaíba com companhias de navegação marítimas. O movimento nos portos de Tutóia e Amarração era intenso. Importava diretamente da Inglaterra e da Alemanha, armas, munições, tecidos e roupas feitas, calçados, chapéus, louças, talheres, azeite, manteiga, queijo, presuntos, massas alimentícias, farinha de trigo, medicamentos, sabão, ferragens, tintas, artigos de armarinhos, moda, escritório, dentre outros. Da Guiana Francesa recebia o Piauí também louças, espelhos, conservas alimentícias, manteiga, farinha de trigo. Diretamente da França, medicamentos, vinho, charuto, peixe em conserva, cigarros e muitos outros artigos. Havia naquele local, portanto, uma sociedade bastante distinta daquelas que viviam em núcleos urbanos interioranos, diferença essa que se expressava em sinais externos de riqueza no casario, mobiliário, adornos e utensílios domésticos, trazidos da Europa[...] (NUNES, 1995: 100).

Na medida em que progredia a construção da estrada de ferro que ligaria São Luís-Teresina-Petrolina (PE), crescia a angústia dos parnaibanos em construir o porto de Amarração e integrar nossa linha férrea nessa via onde correria o progresso.

[...] É óbvio que dispondo de navegação regular, com um porto capaz de ser visitado pelos grandes transatlânticos, [...] a prosperidade geral do Estado terá um longo incremento. Ao passo que se o porto não se fizer, o Piauí, em vez de se libertar comercial e economicamente, [...] nunca atingirá a posição em que desejamos vê-lo colocado. (LIVRO DE ATAS 1, ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE PARNAÍBA, 1920: 45)

Expressava-se assim o Dr. João Luís Ferreira à delegação governamental que vinha conhecer a necessidade da construção do porto.

Finalmente com a chegada, em julho de 1921, do Dr. Manuel Urbano Albuquerque Godim, engenheiro chefe do porto de Amarração, inicia-se estudos junto com uma comissão da Associação Comercial de Parnaíba, para desobstrução do canal São José. Parecia que o sonho do porto caminhava para se tornar realidade.

Incansável na luta pela concretização do porto, a Associação Comercial de Parnaíba envia em março de 1922 uma comissão ao Rio de Janeiro, capital da República, levando nossas considerações de viabilidade e importância do porto ao Governo Federal.

Qual não foi a surpresa quando foi anunciado um telegrama, datado de 13 de agosto de

1922, dos deputados Armando Bulamarqui e Pires Rabelo, com o seguinte teor: “Presidente acaba de assinar decreto autorizando as obras do porto de Amarração. Congratulamo-nos com todos pela realização de nossos maiores desejos.” (Livro de Atas 1, da Associação Comercial de Parnaíba, 1920, p. 46).

O Governador do Estado, João Luís Ferreira, cúmplice desse sonho do povo parnaibano, telegrafa ao presidente da Associação Comercial de Parnaíba:

Acabo de ser informado que eminente benemérito presidente Eptácio Pessoa vem assinar Decreto autorizando a construção do porto de Amarração, com a firma “Norton Griffiths”. No momento em que maior e mais legítima aspiração piauiense entra no terreno das soluções efetivas, tenho a mais viva satisfação em congratular-me convosco por tão auspicioso acontecimento. (MENDES, 1994: 31).

A Associação Comercial de Parnaíba de imediato convoca a população para uma sessão cívica no Cinema Pálace, onde às 19 horas foi feita a leitura do decreto presidencial de nº. 15.603 do dia anterior 12 de agosto, autorizando a construção do porto. Parnaíba foi uma festa só! Ironicamente passados todos esses anos, o porto ainda aguarda sua conclusão.

TRILHOS E PROGRESSO

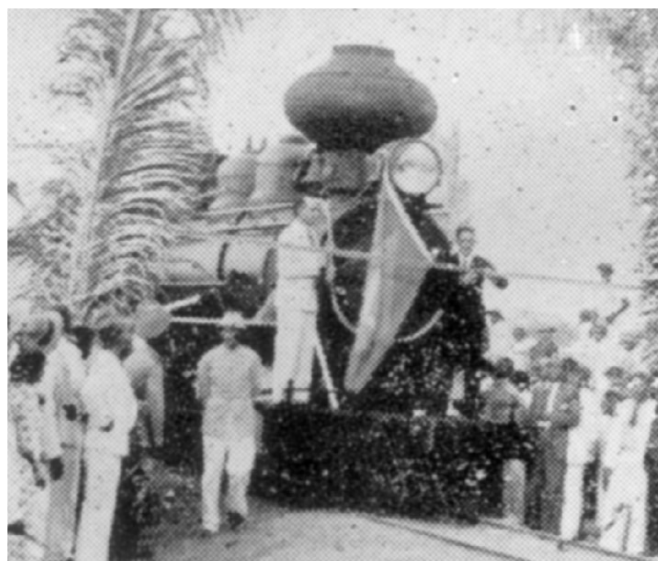


Figura 17: Locomotiva da Central do Piauí

Outro importante instrumento do progresso há muito reivindicado pela classe comercial, chegava à Parnaíba: o trem. Em 1911 fora adquiridos equipamentos e fechado acordo para a construção do primeiro trecho com a empresa South American Railway Construction Ltda. Mas desentendimentos entre o Governo Federal e a empresa contratada, fez o início da obra retardar em mais de cinco anos. Somente em janeiro de 1916, por iniciativa do próprio governo do Estado, tem início as obras da ferrovia, tendo a frente o engenheiro Miguel Furtado Bacelar. Em 16 de setembro de 1916, entra em funcionamento o primeiro trecho ligando Portinho a Cacimão. Em 1923 a estrada de ferro já chegava a Piracuruca com uma extensão de mais de 147 quilômetros.

Dezenas de casas importadoras e exportadoras controlavam o comércio e a distribuição de mercadorias entre o litoral e o interior do Piauí. Uma bem estruturada rede de filiais, agenciadores e caixeiros viajantes faziam a integração das cidades onde o curso do rio não atingia e a linha férrea não interligava.

Além do comércio importador e exportador, Parnaíba passou a contar com indústrias para transformação dos produtos originários do extrativismo, como refinarias de cera de carnaúba, curtumes e outras de produção de óleos e extratos vegetais.

O comércio de Parnaíba girava em torno de empresas que firmaram-se ainda no período imperial como é o caso da Casa Inglesa: fundada em 1849, famosa pelo seu completo sortimento de fazendas, miudezas, ferragens e gêneros de estiva, importados de outros estados do País e das principais praças da Europa e América do Norte. A maior compradora e

exportadora de cerca de carnaúba em todo o Estado, que no ano de 1898 passa a ser administrada pela família Clark; Franklin Veras & Cia (1875), que trabalhava com importação e exportação, comissões e consignações e representava os Bancos “Comercial do Pará” e “Amazonense” e outras que se firmaram na Primeira República como a casa de consignação, importações, exportações e agenciamento de empresas de navegação de Jonas de Moraes Correia (1890); a “Ribeiro, Moraes & Santos”, (04/03/1904) berço da poderosa empresa MORAES S/A., que durante décadas dominou o comércio e a industrialização de cera de carnaúba e óleos vegetais. Seus fundadores foram Antônio Martins Ribeiro, Fernando José dos Santos e Josias Benedito de Moraes; Delbão Rodrigues & Cia (1890), Proprietário da Empresa de Navegação Fluvial do rio Parnaíba, e das salinas na Ilha Caieira, em Tutóia trabalhava ainda com escritório de comissões e consignações, gêneros de estiva, artigos para embarcações, compra de cereais e gêneros de exportação, serviço regular de navegação para os portos do Piauí e para os do Maranhão. Nas margens do rio Parnaíba, encarregava-se de recebimento e embarque de cargas, quer de importação, quer de exportação. Dispunha de grandes armazéns para depósito de carga: Poncion Rodrigues & Cia. Ltda. (1915); Neves & Cia. de Anísio Neves (1922) dentre outros.

O “Almanaque da Parnaíba” edição de 1930 cataloga, apesar da crise econômica que abalou os últimos anos da República Velha, setenta empresas comerciais em Parnaíba, desenvolvendo as mais diversas atividades.

CARNAÚBA E ARISTOCRACIA

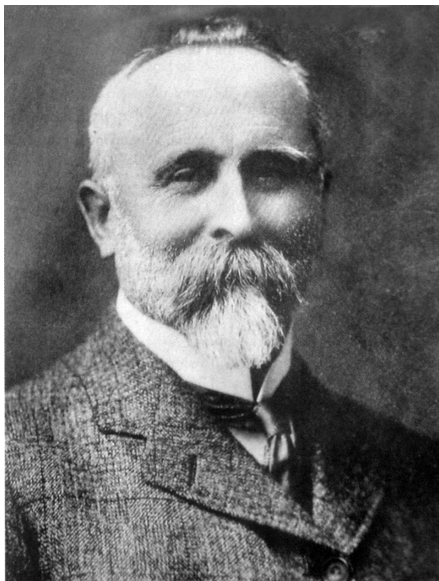


Figura 18: James Frederico Clark

Um produto em especial dava um maior significado a implantação de todos esses investimentos de infra-estrutura no município de Parnaíba: a Cera de Carnaúba. Desde quando James Clark enviou a primeira amostra de cera de carnaúba para a Inglaterra (1894) e o produto ganhou a preferência no mercado internacional, um ciclo extrativista impulsionou a economia piauiense, transformando Parnaíba através de suas empresas, no principal centro comprador, beneficiador e exportador desse produto.

Durante a República Velha, constituía-se em Parnaíba uma sociedade elitista, consumidora de produtos importados, com filhos estudando na Europa, América do Norte e nos principais centros educacionais do país, de finos tratos e de mentalidade progressista e afeito às letras. Bom exemplo é a presença de uma dinâmica imprensa escrita, que somente no ano de 1912, chegou a circular em Parnaíba cinco jornais e periódicos, dentre esses, pode-se citar: “Cidade de Parnahyba”, editado por Nestor Veras; “O Rebate”, que tinha como redator-chefe Francisco de Moraes Correia; “O Cambirimba”, de José Coriolando e “O Popular”, de responsabilidade de Américo Ribeiro. Em toda a primeira República, foram trinta e oito o número de jornais, periódicos e revistas editadas em Parnaíba. A classe média era constituída de empregados da Alfândega, do Banco do Brasil, escriturários das empresas de exportação e a classe menos favorecida era formada de estivadores, pescadores, carpinteiros, operários e agricultores.

A EDUCAÇÃO EM PARNAÍBA NA PRIMEIRA REPÚBLICA REINAVA O “MESTRE” NO IMPÉRIO DA PALMATÓRIA

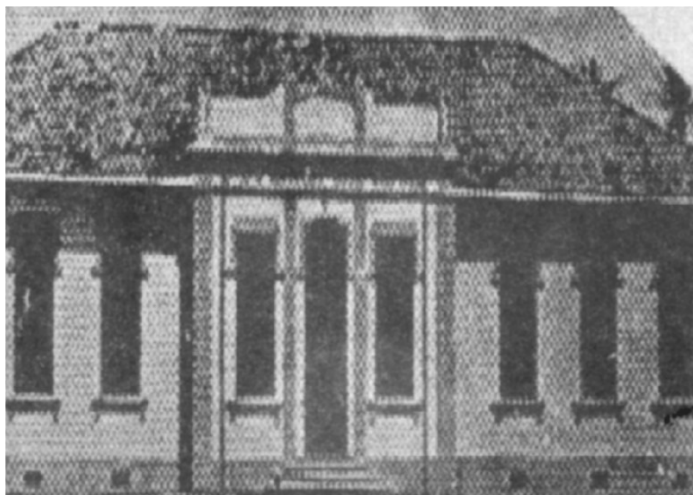


Figura 19: Escola Miranda Osório

Parnaíba quando da implantação da República em 1889 era um município com pouco mais de trinta mil habitantes, cujas perspectivas de progresso se fazia sentir com o incremento da navegação do rio Parnaíba e o aproveitamento de produtos do extrativismo vegetal para exportação.

Na cidade, nos primeiros anos da República, os marcos da estagnação econômica que se verificou na segunda metade do século XIX, eram patentes no comércio, nas ruas, no casario, como bem descreveu Humberto de Campos:

Parnaíba era, de algum modo, uma decepção. As ruas eram largas e numerosas, mas de areia solta; dos seus seis sobrados, três se achavam em ruínas, desabitados, e entregues aos morcegos e às corujas; o comércio guardava o seu sortimento nas prateleiras, nada deixando fora do balcão. Não tinha gás, não tinha carruagens, não tinha bondes. (CAMPOS, 1983: 119).

No setor educacional, as perspectivas se comparadas as econômicas, não eram tão promissoras assim. Enquanto o entusiasmo pela educação, fenômeno marcante no período de transição do Império para a República, motivava outras regiões do Brasil para a expansão da rede escolar e o trabalho contra o analfabetismo, no Piauí e em Parnaíba, particularmente, os governos municipal e estadual, praticamente, até o ano de 1921, foram letárgicos e omissos. Nesse período, as iniciativas particulares é que figuraram como responsáveis pelo desenvolvimento do ensino.

As atividades de ensino em Parnaíba durante a Primeira República, até a construção do Grupo Escolar Miranda Osório (1922), foram todas elas desenvolvidas nas residências dos

professores, sejam eles professores públicos, custeados pelo Estado, ou particulares, mantidos pelas mensalidades dos alunos. O certo é que não havia muita diferença quanto as instalações prediais e os métodos de ensino.

Na década de 1890 apenas uma escola pública e outras três particulares dominavam o cenário educacional de Parnaíba. Na realidade, quando falamos em escola pública, falamos de professor público, custeado pelo estado ou município, cujo ambiente de trabalho era sua própria residência, onde acolhia seus alunos. A escola pública comandada por Sinhá Raposo foi imortalizada nas páginas de “Memórias” de Humberto de Campos, que com maestria descreve a escola, sua professora, seu método e seus conteúdos:

Dirigia-a uma senhorita que era quase menina, a qual, ainda hoje, parece mais moça do que eu. Não sei, ao certo, o prenome. Davam-lhe o tratamento de Sinhá Raposo. Era miúda, gentil, graciosa, de cor moreno-claro. Não me parece que se preocupasse muito com os alunos. Vivia sempre para o interior da casa, no qual residia a família, e para onde levava minha irmã pequena, a quem dava doces e outras gulodices. Não obstante isso, a escola era freqüentadíssima, principalmente por gente pobre, do bairro dos Tucuns. Tenho, ainda, nítido, na memória, o aspecto da escola pública e humilde primeira colméia que meu espírito fabricou, fora de casa, a sua primeira gota de mel. Sala grande, e baixa, de chão de tijolo, com três janelas abrindo para a praça do mercado. Em uma das extremidades, à esquerda, um estrado baixo, com a mesa da professora. Diante dela, paralelamente, os bancos de madeira, estreitos e altos, com a meninada de ambos os sexos, e todas as cores de que se constituía a população. Comprimidos os pés sem tocar o solo, a cartilha ou a tabuada nas mãos, a criança se esgoelava, com toda a força dos pulmões, ao mesmo tempo em que balançava as penas no mesmo ritmo:

Um b com a, b-a ba

Um b com e, b-e bé,

Um b com i, b-i bi,

Um b com o, b-o bó

Um b com u, b-u bu.

E mudando a cadência, seguidos:

Ba, bé, bi, bó, bu

Quando era tabuada, a tonalidade ainda era mais triste, e o estudo variava, de acordo com a operação:

Dois e ummm três,

Dois e dooooois quatro,

Dois e trêees cinco,

Dois e quaaatro seis,

Dois e ciiinco sete,

Dois e seeeis oito,

Dois e seeete nove,

Dois e oooito dez,

Novisfora um.

Os mais adiantados tinham cantiga diferente, e mais alegre, embora mais complicada:

Cinco “vez” cinco vinte e cinco,

Novisfora sete.

Regra de vinte vão dois;

Cinco “vez” seis trinta,

Novisfora três.

Regra de trinta vão três.

(...) A aula começava às dez horas, e terminava às duas. Ao meio-dia, havia, no entanto, uma distração: púnhamo-nos todos de pé, e cantávamos, ou, melhor, berrávamos, o Hino ao Trabalho, de Castilho:

Trabalhai, meus irmãos, que o trabalho
 Nos dá vida, saúde e vigor,
 E da orquestra da serra e do malho
 Brotam hinos, cidades e amor”. (CAMPOS, Op. Cit. 160-63).

A escola particular de D. Marocas Lima não diferenciava muito da pública de Sinhá

Raposo:

ficava à rua Duque de Caxias, em uma casa pequena, de calçada alta, com uma porta e duas janelas de frente. A sala, que abria diretamente para a rua por essa porta, encostadas à parede, em uma fila única, as doze ou quatorze cadeiras dos meninos. Do lado oposto, em filas sucessivas, as meninas. Entre uns e outros, de frente para a rua, a mesa de Dona Marocas Lima, ou, melhor mestra. Dona Marocas Lima, ou, melhor, mestra Marocas, era uma senhora de pequena estatura, morena, magra, de cabelos lisos e negros, e de uma palidez terrosa e doentia. Tinha uma tosse miúda e seca, e diziam-na doente do peito há mais de vinte anos. [...] Era frágil, doce, triste e silenciosa. Mas exercia com a sua tristeza e com o seu silêncio uma inquebrantável autoridade”. (CAMPOS, 1996: 188-89).

O “Externato São José” outra escola particular do período dirigida pelo professor José Serra de Miranda, apresentava-se do mesmo feitio das demais:

“Era uma casa baixa, de esquina, com duas ou três janelas de frente, e meia-dúzia de portas para a travessa. Três salas atijoladas, sendo a terceira estreita e comprida. Um corredor de uma dezena de metros conduzia até à cozinha, cujo fogão de barro havia perdido a memória do fogo. Um pequeno quintal, com cerca de pau, e alguns metros de muro. [...] Como as demais escolas masculinas de Parnaíba, o Externato não possuía qualquer instalação sanitária. [...] O mobiliário do Externato era o de qualquer escola pública da cidade. Bancos estreitos e sem encosto, alinhados diante da mesa do professor. Ao lado desta, outra mesa para o ditado. Não havia carteiras, nem qualquer outro ponto de apoio para o livro ou para os braços. [...] Apenas um ou outro aluno mais afortunado pode levar para a escola a sua cadeira. No Externato São José estes últimos não eram mais de oito ou dez, que ficavam na primeira fila, formando o “estado-maior” do estabelecimento.

O colégio de José Serra de Miranda gozava, por esse tempo, de sólida e invejável reputação, e era, por isso, freqüentadíssimo. Estavam matriculados nele, quando entrei, cerca de oitenta alunos, de todos os cursos. E não possuía outro professor. O seu diretor ensinava Português, Latim, Francês, Inglês, Aritmética, Geometria, Álgebra, Trigonometria, História Universal, História Sagrada e o mais que se quisesse. O ensino dessas matérias consistia, é verdade, apenas em passar a lição, e tomar a lição. Era tudo decorado.

[...] Os alunos do curso primário eram lecionados pelos do secundário. Quem não aprendera, tinha o direito de passar adiante a sua ignorância, e de empregar, discricionariamente, a palmatória. Esta era, aliás, no Externato, uma divindade doméstica. Os alunos enfeitavam-na de fitas multicores, nas festas do colégio, trazendo-a como os santos casamenteiro nos oratórios da família que tem muita moça”. (CAMPOS, Op. Cit. p. 254-257).

O professor José Serra de Miranda é assim descrito:

Era um rapaz de, mais ou menos, vinte e quatro anos, alto, louro, corado e claro, com uns olhos muito azuis, e tão míope que não lia uma página sem roçar o nariz no papel, e esfregar nele o pince-nez, de vidros fortes e sem aros. Não lia as nossas provas; cheirava-as. Esguio, fino, elegante, era um tipo delgado de europeu do Norte, e vestia com limpeza, quase com apuro. [...] Essa originalidade e a circunstância de ter vestido batina, em uma cidade que só possuía um vigário, tornavam-no, em suma, um indivíduo à parte, na fauna parnaibana. Isolado dos homens, pelos escrúpulos que trouxera do seminário, e repellido pelas mulheres, que não viam nele propriamente um homem, José Serra de Miranda, solitário em uma sociedade provinciana que começava a crescer, degenerara numa individualidade

bizarra, que procuraria, mais tarde, o consolo no álcool e o descanso na morte prematura. [...] O clima do colégio dependia da sua fisionomia. Se ele entrava sorridente, os alunos podiam conversar, podiam rir, e as lições eram substituídas por uma palestra. [...] À primeira irritação, porém, a tempestade estalava. E a palmatória cantava a tarde inteira, como se tivesse ficado doida, de repente. (CAMPOS, Op. Cit. p. 260-61).

A última escola a se instalar no século XIX em Parnaíba, era particular e pertencia ao professor Antônio Saraiva Leão, antigo padre procedente do Ceará:

Era homem de uns trinta anos, amarelíssimo, magríssimo, doentíssimo. [...] Bom educador e excelente pessoa. Doce, manso, morigerado. [...] Era uma casa térrea, baixa, e antiga, com duas salas de frente separadas por um corredor estreito e escuro. Em uma das salas ficavam as meninas. Na outra, os meninos. À saída, porém, misturavam-se todos na rua, em algazarra. (CAMPOS, Op. Cit. p. 273-74).

AS INICIATIVAS DOS “MESTRES DE ANTANHO”



Figura 20: Pe. Olegário e alunos do Colégio D. Joaquim

Iniciativas como as relatadas até aqui pontilharam as duas primeiras décadas deste século, suprimindo de alguma forma a omissão oficial no trato da educação, e possibilitando o acesso de uma camada social melhor favorecida no conhecimento das letras, na reprodução e manutenção da estrutura social vigente, enquanto a população pobre e campesina, desassistida dos poderes públicos, ficava à própria sorte.

"Ninguém poderá calcular aproximadamente a quanto se eleva ainda a percentagem dos que ficam à margem por falta de claros nas lotações de nossas escolas públicas, impossibilitados de freqüentar escolas particulares, a falta de meios, e nem a daqueles que por ignorância, não manifestam menor interesse pelo aprendizado. (...) O interior do município continua em completa carência de escolas. As que por ali existem não se acham localizadas à distância que as tornem acessíveis a todos os campônios, subsistindo grandes zonas delas desprovidas, em razão de se atender em primeiro lugar aos núcleos mais populosos, ficando as populações esparsas à margem de qualquer cogitação." (João Campos. In: Almanaque da Parnaíba. 1940).

Nesse período, diversos foram os professores que mantiveram escolas em suas residências e atendiam crianças em idade escolar, principalmente as do sexo masculino e que pertencesse a uma classe social que pudesse pagar esses estudos, visto que essas escolas tinham um caráter particular e dessa atividade os professores retiravam o sustento de suas famílias. Os métodos e a estrutura física dessas escolas, no entanto, permaneciam semelhantes às escolas existentes nas décadas finais do século XIX.

No “Livro do Centenário de Parnaíba” (1945), Benedicto Jonas Correia, deixa o seguinte depoimento:

Em Parnaíba, o número destas escolas particulares foi sempre bastante elevado, e é de lamentar não se possa traçar aqui um roteiro de todas essas células que tão preciosa contribuição prestaram à cultura e à educação da sua juventude, dirigidas e orientadas por educadores de méritos, cujos nomes ainda são pronunciados reverentemente e sobrevivem às gerações que passam. [...] Estas gozavam da preferência dos pais que podiam pagar o ensino dos filhos, funcionavam quase que sempre superlotadas, e nelas o ensino não se restringia à alfabetização da criança. Seguindo orientação mais ampla, visava habilitar seus alunos a qualquer profissão e aos exames parcelados nos estabelecimentos oficiais de ensino secundário. (CORREIA, 1945: 174).

As crianças de famílias humildes, filhos de pescadores, estivadores, agricultores e outros ofícios de baixa remuneração, tinham por opção uma escola pública deficiente:

A escola pública jamais falhou na sua finalidade, é certo, mas nas cidades do interior, longe das vistas da fiscalização oficial, ela não chegava a alcançar a média dos resultados que deveria produzir. Não se veja nesta declaração uma acusação do nosso velho leigo antanho. Quem chegou a freqüentar uma daquelas escolas primárias, ainda se recordará da falta de instalação adequada, absoluta carência de material escolar, de conforto, de ar, de luz e de tanta coisa mais. O governo não dava casa nem mobiliária; o professor tinha que instalar mal a sua família, para dividir com a escola algumas peças de sua residência e de seu mobiliário escasso. Daí as falhas que se poderia apontar e que contribuam sem dúvida para a ascendência que tinham sobre a escola pública as escolas particulares. (CORREIA, 1945: 174).

Havia um distanciamento significativo entre a normatização do ensino e a prática executada nas escolas nos municípios do interior do Estado. Currículos e programas, estabelecidos por leis e decretos emanados do governo estadual, quase sempre inexecutáveis por serem cópias de currículos do Ginásio Nacional (RJ) e por não encontrar nas cidades do interior pessoas qualificadas para ministrar as disciplinas e por uma estrutura administrativa incapaz de acompanhar a aplicação dos currículos e procedimentos didáticos. A prática educativa era feita conforme convinha ao professor.

Forçoso é confessar que nem todas as escolas particulares tinham existência duradoura, e que se mantinham a revelia do Governo, não obedecendo uma programação oficial. Os professores tinham métodos próprios e distribuíam as disciplinas em dois turnos exaustivos, em que quase sempre trabalhavam sem nenhum auxiliar. (CORREIA, 1945: 175).

Trabalhando como professores “públicos” ou particulares nas duas primeiras décadas desse século, em Parnaíba tivemos: José Raimundo Serra, cearense natural de Granja, transferiu-se para Parnaíba em 1898, onde em 1900 iniciou seu magistério; Dr. Olinto Gonçalves Amorim, bacharel em Direito, fez nos primeiros anos do século XX a tentativa de um ginásio, porém, de curta duração, denominado “Ginásio Parnaibano”, onde atuaram como professores o que melhor se podia contar da intelectualidade da época: Luiz Correia, Armando Madeira, Marques da Costa, João Maria Marques Bastos e J. J. Marques. O

“Ginásio Parnaibano” criado em 1927, homenageou com esse nome a iniciativa pioneira do Dr. Olinto Amorim que assim, também, batizou sua iniciativa educacional; o “Colégio Dom Joaquim”, de vida marcante nas primeiras décadas do século XX, era dirigido pelos padres Olegário, Aarão e Bianôr Aranha; outro religioso preocupado com a educação no início do século passado, foi Monsenhor Constantino Bozon e Lima, intelectual de primeira linha, orador sacro, após deixar Barras de Maratoã onde mantinha uma escola, transferiu-se para Parnaíba (1909) e passou a ministrar aulas particulares. Foi capelão da Santa Casa de Misericórdia e posteriormente inspetor federal do Ginásio Parnaibano; Dr. Antônio Godofredo de Miranda com o "Colégio Rio Branco"; o Colégio Misto "São Vicente de Paulo" fundado a 4 de abril de 1907, mantido pelo conselho vicentino particular, com sede própria, inaugurado em 7 de setembro de 1922, construído em terreno doado pelo empresário Franklin Gomes Veras; Zélia Mavignier Araújo com uma escola particular em sua residência à praça Santo Antônio; Dinorath Guimarães, com escola em sua residência localizada na praça da Graça; Torquato Araújo que manteve uma escola (1916) na Casa Grande de Simplício Dias.

Tal escola recebia ajuda da igreja católica; Senhorinha Avelino, sogra de Alarico da Cunha, que em Parnaíba, instalando-se mais o genro montou uma escola em sua residência à rua Duque de Caxias; Édson da Paz Cunha que fundou o “Colégio 19 de Outubro” cujas atividades iniciaram-se à rua Duque de Caxias, depois transferindo para rua Grande (hoje Presidente Vargas). O “Colégio 19 de Outubro” de Édson Cunha oferecia além do curso primário, um propedêutico para os que buscavam um ginásio fora de Parnaíba; “Externato Santa Inês” de propriedade de Maria Rosa da Fonseca, fundado em 1924 teve vida ativa até 1965, funcionando sempre na praça do Mercado Velho; Maria José de Pinho Raposo (Bibi Raposo) com uma escola particular em sua residência à rua Almirante Gervásio Sampaio que se manteve por 50 anos; Maria Helena Oliveira, com uma escola particular em sua residência à praça do Cemitério; Raquel Magalhães, professora diplomada, vindo de Teresina, instalou uma escola particular à rua Riachuelo.

O papel desenvolvido por esses professores, considerando época, local e valores é inquestionável.

Num pleito de gratidão, Humberto de Campos, externa a importância desses mestres:

Algumas reflexões oportunas, que podem ser ajustadas à história e à vida de quase todos os professores particulares, das educadoras sem títulos ou recompensas oficiais, ‘Cornélias mães de cem Gracos’ que formam para o serviço da Pátria, dando-se em holocausto cotidiano, centenas de cidadãos. [...] Votada à profissão pela vocação pela necessidade, a retribuição depende, toda, do aproveitamento dos alunos e da confiança dos pais. Severa e maternal, é ela, em muitos casos, a formadora dos caracteres, desfigurados no domicílio. É ela, não raro, a verdadeira mãe dos seus discípulos e a sua mais afetuosa conselheira. E é de imaginar o que

padezem esses corações afeiçoados, tendo de perder, pelo afastamento, cada ano, uma dezena desses filhos adotivos, que lá se vão rumo dos ginásios ou, quando pobres, para a luta surda, e sem glória, pela conquista do pão! Os moços, em geral, são como os pássaros. Emplumada, a ave abandona o ninho que a aqueceu e o bico que a alimentou. E nunca mais, no espaço imenso, reconhece a ave que, quando implume, a agasalhou e protegeu. A professora primária, que nos faz digerir a primeira semente do alfabeto ou nos ministra os ensinamentos rudimentares da ciência, é essa ave generosa e magnânima, reveladora da imensidade e do mundo. É, finalmente, a Mãe Preta do espírito, que nos dá o leite da primeira instrução”. (CAMPOS, Op. Cit. 189-190).

MUITA LEI... POUCA AÇÃO

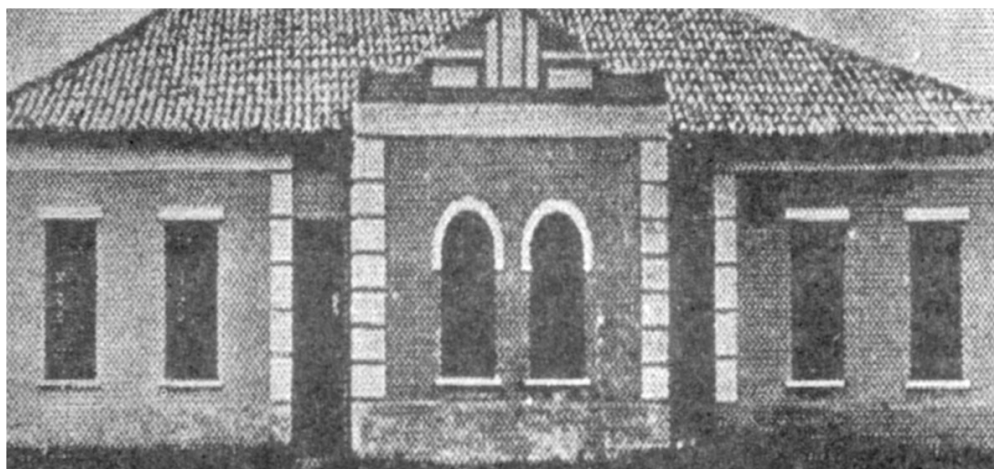


Figura 21: Escola José Narciso-1940

O primeiro governo republicano no Piauí, comandado por Gregório Taumaturgo de Azevedo, inicia suas ações no campo educacional, tentando normatizar a educação criando o “Regulamento do Ensino” pelo decreto nº. 37, de 10 de maio de 1890, que proclamava o princípio da obrigatoriedade do ensino, delegando responsabilidades aos municípios na condução da educação primária. Na prática, tomando como exemplo Parnaíba, a realidade era bem diferente: Nos primeiros anos da República o município de Parnaíba pouco fez, pois o quadro político dentro do novo regime republicano só veio se definir em Parnaíba em 1893, quando Feliciano Gomes de Farias Veras, foi escolhido como primeiro intendente municipal. Até então o município norteava-se por resoluções emanadas de um Conselho Municipal.

Ainda no pensamento da criação de uma estrutura organizacional de educação para Estado, em 31 de julho de 1890, o governador Dr. Joaquim Nogueira Paranaguá, baixa a Resolução nº. 31 que estabelece um novo regulamento para Instrução Pública, que tratava do ensino primário e secundário, classificando escolas primárias; estabelecendo currículos; proibindo o ensino por meio de monitores; proibindo castigos físicos; assegurando plena liberdade ao ensino particular, estabelecendo subvenções para o seu desenvolvimento; criando o Conselho Pedagógico e organismos para inspeção do ensino.

Todo esse aparato que se formava para organização do ensino, não impedia o fechamento de escolas. Através do Decreto nº. 22, de 19 de abril de 1892, do governador Coriolano de Carvalho e Silva, as cadeiras de Aritmética e Português de Parnaíba foram extintas. O governo estadual do Piauí parecia caminhar na contra-mão da histórica e contrário às propostas do movimento republicano que era de expansão da rede escolar.

Por parte do Governo do Estado os primeiros anos de República, o que se observa é uma preocupação em fixar normas e diretrizes para educação. A Lei nº. 54 de 13 de julho de 1894, retira a liberdade de criação de escolas particulares e chama ao Estado a exclusividade na execução do ensino primário. Em Parnaíba, a ação do Estado nesse sentido limitou-se a criação de uma escola primária mista em 27 de junho de 1900 e uma outra primária, mista, na localidade Morros da Mariana no ano de 1906.

A observância à proibição de atuação do ensino particular na cidade de Parnaíba não é levada em consideração. Em 1898, as senhoras parnaibanas Pepina Bastos e Severa Marques, fundaram o Colégio Parnaibano. Tal escola não teve vida muito duradoura, em 1903 já havia encerrado suas atividades.

Outra tentativa ocorreu em 1906 quando fundou-se o Colégio Diocesano em um sobrado cedido por D. Geracinda Rosa Tavares e Silva. Três anos depois, em 1909, essa escola deixava de existir.

Grande parte das famílias tinham ainda certa resistência contra as escolas. Retardavam ao máximo a entrada dos filhos na escola preferindo contratar preceptores que instruísem em casa. Se isso valia para os meninos, mais ainda para as meninas, cuja educação formal era relegada para segundo plano. (SILVA, 1980: 128).

No rastro das leis que nortearam a educação no estado do Piauí, durante a República Velha, uma foi determinante por incidir diretamente na condução da educação nos municípios: a Lei nº. 527 de 06 de julho de 1909, do governador Anísio de Abreu, que estabelecia a obrigatoriedade da frequência escolar para crianças maiores de 7 e menores de 14 anos; a criação de uma Comissão Municipal formada pelo juiz da comarca, o prefeito, o delegado e o professor mais antigo cuja função era reunir pais de crianças em idade escolar, convencê-los da matrícula e realizar o recenseamento da população infantil. Por essa mesma Lei os municípios que tivessem pelo menos 04 (quatro) escolas primárias, poderiam requerer ao governo do Estado a criação de um Grupo Escolar e de Inspetorias Municipais e estabelecia, ainda, que o Governo do Estado poderia subvencionar escolas particulares de ensino primário em localidades que não possuíam escolas públicas nesse nível.

As escolas públicas primárias até aqui mencionadas, criadas por lei estadual, na realidade, funcionavam na casa do próprio professor, de forma precária, ou em casa alugada para tal fim. A figura do Prédio Escolar, planejado para o trabalho educativo, só vai ser conhecido em Parnaíba em 1922, com a implantação do Grupo Miranda Osório, cuja construção do prédio é concluída em 15 de junho de 1922.

O professor João Campos em artigo publicado pelo Almanaque da Parnaíba de 1940,

deixa evidente como se encontrava a educação estadual em Parnaíba.

Naquele tempo, o Estado não dava prédio escolar, nem mesmo mobiliário. Que milagres tinha que fazer então um professor estadual, para arranjar casa e tudo mais que exigia o exercício do magistério! Lembro-me de ter recebido, certo dia, a visita de um inspetor escolar a quem, depois de apresentar meus 80 alunos de pé uns, outros sentados em toscos bancos de cedro sem encosto, pedi intercedesse junto ao governo para melhorar aquele ambiente escolar. Respondeu-me que não era só a minha escola que assim estava, e acrescentou: “Vá fazendo o que puder e não se preocupe muito com isso. (CAMPOS, 1940: 34).

Pela falta de uma ação mais decisiva por parte do governo do Estado em relação a educação, crescia em Parnaíba as iniciativas particulares: Em 04 de abril de 1907 é fundado o Colégio Misto São Vicente de Paulo, mantido pelo Conselho Particular das Conferências Vicentinas de Parnaíba, quando ocupava a presidência do Conselho o Sr. Elpidio Moreira; Em 25 de maio de 1907 é fundado o Colégio Nossa Senhora das Graças pelas religiosas Irmãs dos Pobres de Santa Catarina de Siena; ano de 1908 é reorganizada a Escola de Aprendizes Marinheiros, que subvencionada pelo Ministério da Marinha, em 1910 inaugurou prédio próprio que passou a ser popularmente conhecido como “Arsenal”, mas que encerrou suas atividades no ano de 1914.

JOSÉ NARCISO: MARCANDO ÉPOCA



Figura 22: Prefeito José Narciso da Rocha Filho

A história da educação pública de Parnaíba durante a República Velha, tem como marco divisório o ano de 1921, quando assumia a intendência de Parnaíba, o comerciante José Narcísio da Rocha Filho. A educação em Parnaíba, na administração de José Narcísio passou a ser melhor prestigiada. Por sua intermediação junto ao governo estadual possibilitou a criação em janeiro de 1921 de uma escola primária mista.

Valendo-se da Lei nº. 527 de 06/07/1909, solicitou e conseguiu através do decreto nº. 784 de 17 de março de 1922, do governador João Luís Ferreira, a criação do Grupo Escolar Miranda Osório.

A importância do Grupo Escolar Miranda Osório, prende-se ao fato de ter sido a primeira iniciativa conjunta dos governos estaduais e municipais em Parnaíba, com a fusão de escolas de primeira letras mantidas por esses governos (escolas isoladas). Outra relevância dessa escola pode ser atribuído ao fato de ter sido o primeiro prédio escolar construído pelo poder público, com instalação apropriada, bem diferente dos casarões sombrios, salas improvisadas ou as varandas das residências dos professores.

O contraditório da política estadual, na educação, com relação a Parnaíba, pode ser observado no fato de que, em 1922, no mesmo ano em que o Governo do Estado instala o primeiro Grupo Escolar em Parnaíba, eram onze as escolas particulares existentes, sendo que cinco delas recebiam subvenções do próprio Governo Estadual, com uma matrícula total de 725 alunos.

José Narcísio, auxiliou com recursos da prefeitura, a construção da sede própria do Colégio Misto São Vicente de Paulo e mandou contratar em São Paulo o professor Luiz Galhanoni, então diretor do Grupo Escolar João Kopke na capital paulista, especializado em implantação de currículos e programas de escolas de nível secundário e escolas normais para a formação de professores, que em Parnaíba estruturou duas das principais instituições educacionais da Primeira República: O Ginásio Parnaibano e a Escola Normal.

Numa ação coordenada pelo Poder Público Municipal com a ajuda da comunidade, em julho de 1927, foram fundados o Ginásio Parnaibano e a Escola Normal de Parnaíba. O otimismo pedagógico, movimento característico da segunda metade da década de 20, que consistia na melhoria das condições didáticas e pedagógicas da rede escolar, encontrou no Piauí, nas figuras do Governador Anísio de Abreu e em Parnaíba, no Prefeito José Narcísio, dois abnegados representantes.

No governo estadual de Matias Olímpio de Melo a educação tomou certo impulso, visto a construção de grupos escolares nos mais diversos municípios do Piauí; a implantação de Cursos Secundários e no caso específico de Parnaíba o apoio na instalação da Escola Normal, visando a formação de professores para atender ao crescente número de escolas que se verificava no final da década de vinte.

Encerrava a república velha em Parnaíba, e no setor educacional ainda figuravam como escolas de destaque: o Instituto Nair Pinheiro; Escola Maçônica 15 de Novembro; Colégio Nossa Senhora de Lourdes e outras seis escolas mantidas pelo governo estadual.

Mas o reconhecimento ao trabalho do Prefeito José Narcísio, na área educacional, não tardou; em homenagem ao seu empenho, em fevereiro de 1928, foram reunidas as escolas isoladas da localidade de Tucuns e transformadas no “Grupo Escolar José Narciso” que após edificado o prédio, passou a funcionar com o seguinte corpo docente: Professoras: Plautila Lopes Nascimento, Gersila de Figueiredo Rego, Benedita Boavista da Cunha, Maria Carmen de Loiola, Francisca Oliveira, Julia Pinheiro Castelo Branco e como diretora, Francisca Borges dos Reis.

SÓLIDAS ESCOLAS DA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX

COLÉGIO NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS



Figura 23: Colégio Nossa Senhora das Graças

Dentre as iniciativas relacionadas no período de 1907 a 1926, merece destaque o Colégio Nossa Senhora das Graças, que inicia os preparativos para suas atividades em 16 de abril de 1907, quando chegavam em Parnaíba, com a recomendação superior de criarem uma escola para a juventude feminina, as quatro primeiras irmãs religiosas da Congregação dos Pobres de Santa Catarina de Siena, sob a Orientação da religiosa italiana Amália Petri. Acompanhava a irmã Amália Petri na fundação do Colégio Nossa Senhora das Graças, as irmãs italianas, Maria Guzzarri, Laura Giovanne e Josefina Taccini. O empenho local do Monsenhor Joaquim Lopes (vigário de Parnaíba), do Pe. Bianor Emílio Aranha e do Bispo Diocesano (Teresina) Dom Joaquim Antônio de Almeida, foi decisivo para a implantação dessa Escola.

Irmã Amália Petri dirigiu o Colégio Nossa Senhora das Graças em duas oportunidades: a primeira de 1907 a 1914, onde lançou os alicerces sólidos desse educandário e, no segundo momento, em 1920, em substituição à irmã Maria Catarina Levrini, que ficara na direção de 1914 a 1920. Nessa segunda passagem pela direção da escola, irmã Amália ficou apenas dois anos. Em 1922 é convidada a abrir um orfanato em João Pessoa, na Paraíba. Partiu então de Parnaíba para essa missão de caridade. Passou a responder então, pela escola, no período de 1922 a 1931 a irmã Laura Giovanne.

Um mês após a chegada das religiosas estava criado, em 15 de maio de 1907, o Colégio Nossa Senhora das Graças, tendo como primeira diretora a irmã Amália Petri.

Em minha mente surge com nitidez a imagem da italiana morena, de nariz adunco, já velhota, a quem eu associava, em minhas fantasias de crianças, a personagens de contos de fada. Temperamento forte, energético em demasia, Irmã Amélia era o terror da criança. (PEREIRA, In: ALMANAQUE DA PARNAÍBA, 1985: 80).

Quem hoje observa o belo prédio que abriga a escola, jamais imagina que no ano da fundação em 1907, as irmãs ocupavam uma modesta e pequena casa onde ministravam aulas de bordado, pintura, desenho e música.

A aceitação do trabalho das religiosas italianas foi significativo. Em 1908 a matrícula de alunas externas atingia o número de 60, além de uma dúzia de internas.

Em 1912 as irmãs inauguram a capela em honra a Santo Antônio, anexa ao prédio do colégio.

O domínio da língua portuguesa, fatores climáticos, doenças tropicais foram elementos que dificultaram a vida das religiosas em Parnaíba. Em depoimento ao professor Itamar Brito (1996) elas registraram:

Em 1917, o colégio passou por sérios problemas. As alunas eram poucas, contavam-se apenas trinta externas e pouquíssimas internas. A escassez de boas mestras, especialmente de Português, dificultava o progresso do Colégio e o povo era exigente. As Irmãs estudavam o idioma, mas ainda não dominavam o difícil português, mesmo assim desejavam a ampliação da comunidade educativa. Para superação desse problema promove-se a substituição das Irmãs italianas por Irmãs brasileiras, embora estas fossem em pequeno número, pois a Congregação estava em fase inicial de instalação no Brasil. (BRITO, 1996: 44).

E acrescenta o depoimento: “Algumas Irmãs italianas sofreram o ataque de sérias doenças. Tudo se tornou mais difícil faltando às vezes até o alimento”. (BRITO, 1996:43-44).

Em meio a toda essa dificuldade, em 30 de dezembro de 1917, as irmãs de Santa Catarina de Siena, iniciam a construção da sede própria para o Colégio Nossa Senhora das Graças.

Com a sede própria ainda em construção, em 1924, o prédio é alagado e ameaça a ruir. Em 1925 as matrículas recuperam-se e atinge o número de 109 externas.

A Lei nº. 1.119, de 19 de julho de 1928, que criava a Escola Normal de Parnaíba e que determinava que só poderiam lecionar professores que fossem brasileiros natos, estendia essa determinação para o Colégio Nossa Senhora das Graças. As professoras da escola, todas religiosas italianas, que mal dominavam o português, viram-se na condição de apelar a Diretoria Geral da Instrução no Piauí, que excepcionalmente permitiu o exercício do magistério pelas irmãs italianas, desde que, o ensino de português fosse ministrado por professora brasileira diplomada.

O colégio educou a elite feminina da sociedade parnaibana por décadas.

Sim, o colégio era como se fosse dividido em castas. Isto me doía. Entre os menos favorecidos havia uma prima a quem eu queria muito bem. Pobre e querida prima, sentia-se tão relegada que acabou saindo do colégio. Mas foi também no Colégio onde aprendi que em nossa sociedade é o dinheiro o que torna as pessoas importantes. Nunca me conformei com isso. Até hoje não me conformo[...] (PEREIRA, Op. Cit. 1985, p. 80).

Nos anos 30, o Colégio Nossa Senhora das Graças amplia suas atividades, deixando de ser apenas uma escola de ensino primário e funda seu Curso Pedagógico Normal, sendo, em 1933, equiparado à Escola Normal de Teresina; em 1934 implantou um Curso Comercial de Guarda-livros, sob a inspeção do Dr. Raul Furtado Bacelar. Estruturou, em 1936 seu curso ginásial; em 1940, as alunas do colégio lançam um jornal intitulado "Raios de luz", noticioso-literário que marcou época naquele estabelecimento.

O dinamismo que tomou a escola nos anos 30 em muito se deve ao esforço da irmã Maria Guzzarri (diretora de 1931 a 1937), que atuou como superiora, professora de várias cadeiras, além de supervisionar obras de reforma e construção do prédio para atender as novas exigências do aumento do número de alunos e da criação do Curso Ginásial. Após a direção da irmã Guzzarri, passou a responder pelas ações da escola a irmã Abelinda Ducci, responsável por um longo e profícuo trabalho naquele educandário.

Benedito dos Santos Lima em artigo de 1945, confirma a visão que a elite local fazia da escola:

Preocupando-se sobremaneira, com a formação do espírito, com a lhanza do trato, com o enrijamento do caráter, esse estabelecimento de ensino, em toda sua existência, tem dado à Igreja e à sociedade piauiense, abnegadas religiosas, ótimas mães de família, esposas carinhosas, e certamente, jovens donzelas em cujos corações se entronizam as mais belas virtudes evangélicas". (LIMA in: LIVRO DO CENTENÁRIO DA PARNAÍBA, 1945: 169).

UNIÃO CAIXEIRAL



Figura 24: União Caixeiral

Em 28 de abril de 1918, caixeiros viajantes e comerciários de Parnaíba, em número de 36, necessitando congregar a categoria e formar mão de obra especializada na área contábil, em função do desenvolvimento econômico que se registrava na cidade, fundaram a “União Caixeiral”, cuja primeira diretoria tinha à frente, como presidente, Alarico José da Cunha, Manoel Bastos da Silva como vice, Raimundo Teodoro de Araújo como primeiro secretário, Celso da Cunha Marques como tesoureiro e aclamado presidente de honra Henock Herzaide Guimarães. Essa instituição em assembléia geral de 28 de junho de 1918, onde participaram 121 sócios, aprovou o primeiro estatuto da entidade e deliberou pela criação de uma escola de ensino comercial em Parnaíba, considerados os presentes desta assembléia como sócios-fundadores. Foi então eleita por maioria de votos a primeira diretoria efetiva, tendo como presidente Antônio do Monte Furtado.

A Sociedade passou a funcionar em prédio alugado e contando, apenas, com a mensalidade dos associados. A União Caixeiral, fazendo cumprir o que rezava seu estatuto, fundou cursos noturnos (escola de comércio) em que eram ministradas as seguintes disciplinas: Português, Aritmética, Geografia, Inglês aplicado ao comércio, História do Brasil, Datilografia e Contabilidade Mercantil, figurando em seu quadro de docentes nomes como Dr. Clodoveu Felipe Cavalcante, Dr. João Orlando Correa, Dr. Darcy Fontenele de Araújo, Professor José de Lima Couto, Padre Davi Augusto Moreira, Professora Edimée Amorim Rêgo, entre outros.

Esse ensino, embora não obedecendo a um rigoroso critério pedagógico, foi, entretanto, de grande benefício para a classe, pois várias turmas de rapazes, graças aos conhecimentos ali adquiridos, ascenderam a posição de destaque na sociedade e no comércio. (BACELAR, 1988: 23).

Em 1919, a Sociedade adquiriu um terreno à avenida Presidente Vargas (antiga rua Grande) para edificar sua sede e abrigar a escola de comércio. O lançamento da pedra fundamental do edifício ocorreu em 7 de setembro de 1922, cuja obra teve término em junho de 1937. Nesta empreitada da construção, o empenho e a dedicação de Antônio do Monte Furtado, Luiz Nelson de Carvalho, Alarico da Cunha, Celso da Cunha Marques, Antônio Freitas, José Dutra, Benedito Carmelitano de Melo, Antônio Otávio de Melo e Godofredo Correa Lima superou o pessimismo de parte dos sócios que não acreditavam ser possível tornar realidade projeto de tamanha envergadura. Em função do reconhecimento do trabalho desenvolvido por essa entidade, a Lei Estadual nº. 1.087, de 7 de junho de 1924, considerou de Utilidade Pública a Sociedade União Caixeiral.

Estabelecida em prédio próprio, em 1944, após formar três turmas de guarda livros, o educandário passou a denominar-se "Escola Técnica de Comércio", com laboratórios para aulas de física, química e ciências, uma biblioteca de bom acervo, máquinas de escrever e de calcular e demais instrumentos e materiais didáticos para o bom desempenho do ensino. A escola recebia subvenções dos governos estadual e municipal, que nos anos 40 chegava à importância anual de Cr\$ 7.200,00 (sete mil e duzentos cruzeiros), observada sua aplicação pela Fiscal Federal Elisa Amador Santos.

Integrada às causas maiores da Parnaíba e do Piauí, a União Caixeiral encampa as lutas para a construção do porto de Amarração (Luis Correia) e divulga as idéias de seus alunos e sócios, em defesa do porto, através do Grêmio Literário "28 de abril" e do jornal "O Caixeiro", fundados em maio de 1944, período em que esteve a escola de comércio arrendada ao Dr. Clodoveu Felipe Cavalcante.

Nessa mesma linha de atuação, de educação voltada para formação de contabilistas (Guarda-livros), em 1926, o Dr. Francisco Correia, político e comerciante, fundou a "Academia de Comércio", de curta duração. Em 1929, a Academia encerrava suas atividades.

GINÁSIO PARNAIBANO

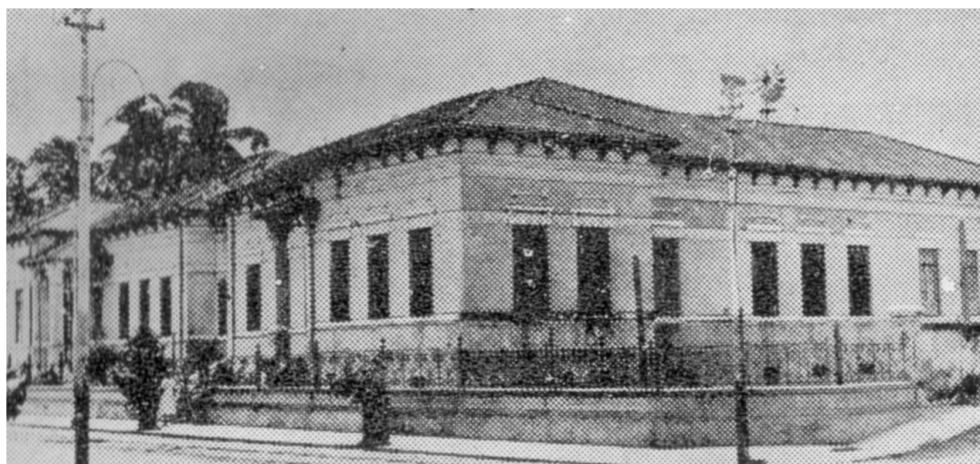


Figura 25: Ginásio Parnaibano

O Ginásio Parnaibano foi fundado em 11 de junho de 1927, também fruto do empenho e dedicação do Prefeito José Narcísio da Rocha Filho e da idealização do professor e advogado José Pires de Lima Rebelo. O ginásio visava oferecer à juventude, principalmente masculina, o ensino secundário de preparação a um curso superior para clientela que não optava para o exercício do magistério.

Figurava ainda como fundadores do Ginásio Parnaibano: Luiz Galhanoni, Monsenhor Roberto Lopes Ribeiro, Alfredo Eduardo Amstein, Henriette Sotter, Carlos Souza Lima, Antônio Godofredo de Miranda, Mirócles Campos Vêras, Francisco de Moraes Correia, Édson da Paz Cunha, José Euclides de Miranda, Constantino Correia e Tomaz Catunda.

O Decreto nº. 950 de 9 de fevereiro de 1928, estabeleceu as exigências para o funcionamento do Ginásio Parnaibano, colocando um currículo, que semelhante o que acontecia com a Escola Normal, recebeu o empenho e a colaboração de pessoas que se apresentavam como os melhores da elite intelectual da cidade para sua execução: Português: Dr. Édson Cunha; Francês: Prof^ª. Henriette Soter Castelo Branco; Inglês: Prof. José de Lima Couto; Latim: Prof. João Batista Campos (tesoureiro municipal); Geografia: Dr. José Euclides de Miranda; História da Civilização e do Brasil: Dr. Édson Cunha; Desenho: Prof. Alfredo Eduardo Amstein; Matemática: Drs. Samuel Antônio dos Santos e João de Carvalho Aragão (engenheiro civil); Ciências e História Natural: Dr. João Orlando de Moraes Correia; Física: Dr. João Bacelar Portela; Cosmografia: Dr. João de Carvalho Aragão; Filosofia: Dr. Cândido de Almeida Ataíde; Música: Prof. José Carlos de Sousa Lima; Química: Dr. José de Sousa Brandão e Ginástica: sargento Juvenal do Nascimento Araújo.

Em novembro de 1928 foram-lhe concedidas bancas examinadoras pelo Governo Federal, regularizando-se por esta forma, perante o Conselho do Ensino, o seu funcionamento.

A direção do Ginásio Parnaibano foi entregue ao professor Luis Galhanoni, educador contratado pelo prefeito José Narcísio da Rocha Filho, para orientar a instrução primária no município, segundo os modernos métodos que eram usados em seu estado natal, São Paulo. Responderam ainda pela direção do Ginásio Parnaibano: Luis Viana, Edson da Paz Cunha, José Pinto Meira de Vasconcelos, Clodoveu Felipe Cavalvante, José de Lima Couto, José Nelson de Carvalho Pires, Alexandre Alves de Oliveira.

Junto a escola funcionavam, acompanhando o desempenho das atividades educacionais, as inspetorias fiscais de ensino. No Ginásio Parnaibano atuaram como inspetores de ensino: José Pires de Lima Rebelo, Raul Furtado Barcelar, Monsenhor Constantino Bozon e Lima e o Dr. Samuel Antônio dos Santos. Em 1931 o Ginásio Parnaibano torna-se um estabelecimento oficial, em função de contrato assinado entre o interventor federal no Piauí, Capitão Landri Sales, Prefeitura Municipal, e a Sociedade Civil Ginásio Parnaibano, que era a proprietária da escola.

Passados alguns anos, em 12 de março de 1938, o Ginásio Parnaibano volta a ser um estabelecimento particular, em acordo com os poderes antes contratantes. Para garantir a subsistência da escola, Estado e Município garantiriam uma subvenção anual.

Desde a fundação do Ginásio Parnaibano, a Sociedade Civil, sua proprietária, mantinha a Escola Normal sob a fiscalização do Departamento do Ensino Estadual, onde por décadas formou centenas de professoras primárias. No Ginásio Parnaibano conservava-se sempre sempre de 20 estudantes como bolsistas que eram órfãos ou filhos de proletários da cidade, além de manter gratuitamente cursos preparatórios.

Dispondo de um professorado de longo tirossínio, o Ginásio Parnaibano gozava do mais sólido conceito, dentro e fora dos meios educacionais do estado, e, graças a ele o decano dos estabelecimentos secundários de Parnaíba foi que se elevou o nível da instrução no município, alcançando mesmo um triunfo inolvidável de que hoje participam todos os estabelecimentos com gêneres locais. Muitos foram jovens que lá fizeram um curso brilhantíssimo, levando para os centros acadêmicos do país uma cultura digna de elogio, conseguindo lugar de destaque na classificação para o curso superior". (COUTO, in: CARVALHO, 1983:166.)

O Ginásio Parnaibano e a Escola Normal funcionaram juntos desde suas fundações em 1927 até 1961, quando o Ginásio e a Escola Normal foram encampados pelo Governo Estadual através da lei nº 1892, de 21 de novembro de 1959 e ganharam prédios próprios na gestão do Governador Petrônio Portela, passando a denominar-se a partir de então Colégio Estadual Lima Rebelo e Escola Normal Francisco Correia.

ESCOLA NORMAL



Figura 26: Prof^o José de Lima Couto

A Escola Normal de Parnaíba foi fundada em 11 de julho de 1927, pelo Prefeito Municipal José Narcísio da Rocha Filho. A Escola em seu nascedouro passou a funcionar nas instalações do Grupo Miranda Osório, como uma escola municipal, juntamente com o Ginásio Parnaibano, ao qual manteve-se atrelada e dependia sua manutenção docente e administrativa.

Para atender o vasto currículo que a Lei nº. 1.199, de 19 de julho de 1928 colocava para o funcionamento da Escola Normal de Parnaíba, toda a camada mais intelectualizada da elite social e econômica da cidade, passou a figurar entre os docentes da Escola Normal, além de consagrados professores que mantinham em suas residências escolas particulares: Português e Literatura: Drs. Édson Cunha, Clodoveu Felipe Cavalcante (advogados) e Prof. João Batista Campos; Francês: Prof^a. Henriete Soter Castelo Branco (francesa de nascimeto e dama da sociedade); Inglês: Prof. José de Lima Couto (comerciante); Geografia: Dr. José Euclides de Miranda (advogado); Matemática: Dr. Samuel Antônio dos Santos (engenheiro civil); História: Drs. Édson Cunha, Clodoveu Felipe Cavalcante; História Natural: Dr. João Orlando de Moraes Correia (médico); Física e Química: Dr. José de Souza Brandão (farmacêutico); Biologia e Higiene: Dr. Cândido de Almeida Ataíde (médico); Desenho: Prof. Alfredo Eduardo Amstein (topógrafo); Psicologia Educacional: Dr. José Pires de Lima Rebelo (advogado); Metodologia e Didática: Prof^a. Maria Celeste de Jesus; Desenho pedagógico: Prof^a. Henriete Soter Castelo Branco; Noções de Agricultura: Prof. Carlos Souza Lima; Trabalhos manuais: Prof^a. Lise Torres Pires e Educação Física: Sargento Juvenal do Nascimento Araújo (instrutor do Tiro de Guerra).

"Era a centelha de uma nova chama que iria inflamar o espírito dos homens de boa vontade. Os elementos de escol da cidade esposaram a bela causa e a idéia triunfou." (Benedicto Jonas Correia. In. Livro do centenário de Parnaíba. P. 174.)

Em 1928 o curso para formação de professores da Escola Normal era reconhecido e em 1932 diplomou sua primeira turma.

Sempre atrelada ao ginásio parnaibano, a escola normal foi finalmente oficializada como estabelecimento autônomo de ensino, pela lei nº 1892 de 21 de novembro de 1959, com a denominação "Escola Normal Francisco Correia". Somente em 1961 ocorre o desmembramento, assumindo a direção da Escola Normal o professor José de Lima Couto.

Em 1962 foi fundado o Ginásio da Escola Normal (Pré-Normal). No ano de 1967 a Escola Normal já mantinha os seguintes cursos: Pré-Primário, Primário, Ginásio e Pedagógico.

Dois governos estaduais foram importantes na história da escola normal, o governo do parnaibano Chagas Rodrigues pela encampação para o estado e o desmembramento do Ginásio Parnaibano, bem como pela doação de um terreno de 10.000 m² para a construção das futuras instalações da escola. E o governo de Petrônio Portela que edificou um belíssimo prédio para abrigar a Escola Normal Francisco Correia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As imensas dificuldades encontradas, ora no âmbito da pesquisa pela limitação das fontes a nosso dispor, ora em relação à orientação, nos fizeram encarar o tema como verdadeiro desafio.

Estamos certos de que a abordagem sobre “Parnaíba: Sociedade e Educação” está a exigir dos intelectuais, historiadores e educadores, estudos para um constante aprofundamento. Pretendemos apenas levantar a ponta do véu que infelizmente encobre relevantes aspectos da História da Educação no interior do Piauí e que deixa o povo, sobretudo pedagogos e estudantes, num total obscurecimento sobre sua trajetória no tempo, fenômeno que consideramos da maior gravidade por viabilizar a manipulação, por parte do poder, das classes subalternas e o conseqüente absentéismo destas mesmas classes.

Após refletir sobre os assuntos nesse trabalho abordados, vale tecer algumas considerações à guisa de conclusão sobre a trajetória educacional do Piauí e particularmente de Parnaíba: A capitania do Piauí, ao contrário de muitas outras onde ocorreu a ação missionária dos Padres Jesuítas, não herdou uma só escola, apesar dos padres da Companhia de Jesus terem constituído, numa capitania de limitados recursos, uma verdadeira fortuna, considerando época e o lugar.

A omissão dos padres encontra na baixa densidade demográfica e no desinteresse pela educação de uma sociedade de vaqueiros, argumentos pela não existência de um só educandário jesuíta.

Por não ter existido uma iniciativa primeira na formação de quadros para o exercício do magistério, ocorria que sucessivas iniciativas de implantar escolas de primeiras letras ou cadeiras secundárias de ensino, por parte do Poder Público, não surtiam efeito. Ora pelos irrisórios salários, ora pela total ausência de pessoas com a mínima qualificação.

Mesmo após a estruturação do Piauí como capitania independente do Maranhão, o crescimento educacional foi praticamente nulo.

Os governos que assumiram a província durante o Império oscilavam entre a boa intenção e a incompetência. Os frutos de algumas iniciativas da época imperial só consolidar-se-iam durante a República.

Mesmo durante a República, foi somente na segunda metade da década de vinte e por ocasião das interventorias do período Vargas é que o problema educacional do Piauí foi encarado de frente como um desafio a ser superado.

Em Parnaíba, a ação jesuíta limitou-se a proteção dos Tremembés, habitantes da região deltaíca, também sem nenhum legado educacional mais duradouro.

A elite econômica que ali se instalou fruto da indústria do charque, promoveu várias benfeitorias na vila, tais como: construção de igrejas, melhoramento do porto, correios, alfândega... Mas foi incapaz de edificar uma só escola.

O governo local, apesar de manter através das cobranças de impostos das embarcações que atracavam no Porto das Barcas, uma certa autonomia em relação ao erário da Capitania/Província, foi incapaz de dignificar o salário dos professores ou erguer uma só escola durante toda Colônia e Império.

A riqueza gerada pela navegação, extração da carnaúba e de outros produtos de exploração animal, formou uma elite intelectual forjada nas escolas da Bahia, Recife, Rio de Janeiro e Europa. O grosso da população vivia na ignorância ou submetida as raras escolas públicas de qualidade duvidosa.

Somente na segunda metade da década de vinte, por iluminação do Prefeito José Narcísio da Rocha Filho, são criados dois educandários da mais significativa importância: A Escola Normal e o Ginásio Parnaibano, abrindo no setor público um passo decisivo no despertar para a educação.

A classe intermediária e parte da elite apoiaram outras iniciativas como o Colégio Nossa Senhora das Graças e Instituto São Luiz Gonzaga que complementaram o universo educacional parnaibano na primeira metade do século XX.

Como constatamos, a História não é feita de fatos estanques, mas fruto da ação integrada e dialeticamente transformadora do homem, permeando, no decorrer do tempo, situações, experiências, desafios, lutas e questionamentos que o capacitem a enfrentar, com inteligência, realidades as mais antagônicas possíveis.

Os reflexos da Educação na Primeira República e no período Vargas em Parnaíba, se constituem em forte influência no pensamento contemporâneo, por vezes, orientando o rumo da trajetória das lideranças políticas de ontem e de hoje, a favor ou contra os ideais de liberdade e de soberania do povo faminto de pão, sequioso de prosperidade e ansioso de justiça.

A História neste trabalho, registrada com fidelidade e parcimônia, se propõe a ser mais uma contribuição aos nossos estudiosos e um alento a que mais e mais a história de nossa terra seja o relato fiel da caminhada de nossa gente na luta incansável pela construção de seus grandiosos destinos.

BIBLIOGRAFIA

ALBUQUERQUE, Luiz Botelho. De folclore à arte: uma discussão a respeito de algumas das relações entre cultura e sociedade. in: **Educação e Compromisso**. Teresina: UFPI, jan/dez. 1992.

ALENCASTRE, José Martins Pereira de. **Memória Cronológica, Histórica e Corográfica da Província do Piauí**. Teresina: COMEPI, 1974.

ALMANAQUE DA PARNAÍBA – Edições dos anos: 1940, 1985, 1996, 1997.

ARAKEN, Carlos. **Estórias de Uma Cidade Muito Amada**, Parnaíba: Edição do Autor, 1995.

ARAÚJO, José Luís Lopes de. O Rastro da Carnaúba no Piauí. in: **Almanaque da Parnaíba**, 60. ed. Teresina: [s.e], 1985.

ARAÚJO, Maria Mafalda Balduino de. **Cotidiano e Imaginário: um olhar historiográfico**. Teresina: EDUFPI/Instituto D. Barreto, 1997.

ARGOS, Revista do Grêmio Cívico-literário "Tiradentes" do Ginásio São Luiz Gonzaga. Gráfica Americana. Parnaíba, 1947.

BACELLAR, Raul Furtado. **Palavras a Amigos**. Gráfica e Editora Júnior. Parnaíba, 1988.

BALDIN, Nelma. **A História dentro e fora da escola**. Florianópolis: UFSC, 1989.

BARBOSA, Edison Gayoso Branco. **O Parnaíba, Contribuição à História de sua Navegação**. Teresina: Projeto Petrônio Portella, 1986.

BASTO, Cláudio de Albuquerque. **Dicionário Histórico e Geográfico do Estado do Piauí**. Teresina: Fundação Cultural Mons. Chaves, 1994.

BONFIM, Washigton Luís de Sousa. Formação Política. In: **Piauí: Formação – Desenvolvimento – Perspectiva**. Halley, Teresina, 1995.

BRANDÃO, Wilson de Andrade. Formação Social. In: **Piauí: Formação – Desenvolvimento – Perspectiva**. Teresina: Halley, 1995.

BRITO, Itamar de Sousa. **Perspectiva Histórica do Conselho Estadual de Educação**. UFPI, Teresina, 1986.

_____. **História da Educação no Piauí**. UFPI, Teresina: EDIUFPI, 1996.

CAMPOS, Humberto de. **Memórias**. São Paulo: Opus, 1983.

CAMPOS, João. Parnaíba e suas escolas. In: **Almanaque da Parnaíba**. Parnaíba, 1940.

CARVALHO, Maria da Salete Brito de. **Da Serra da Ibiapaba ao Campus da Ininga (373 anos de pedagogia no Piauí)**. [mimeo], 1983.

CORREIA, Benedito Jonas. Colégio Nossa Senhora das Graças. In: **Livro do Centenário de Parnaíba**. Americana, Parnaíba, 1945.

COSTA, F. A. Pereira da. **Cronologia Histórica do Piauí**. 2. ed. Rio de Janeiro: Artenova, 1981.

DOURADO FILHO, Eurípides de S. **Questão Religiosa no Piauí**. UFPI, Teresina, 1991.

DURÃO, Antônio José de Moraes: **Memórias Manuscritas do Ouvidor Mor da Capitania**. Originais, 1772.

FALCI, Miridan Brito Knox. **A Criança na Província do Piauí**. Teresina: Academia Piauiense de Letras, CEDHAL, 1991.

FERRO, Maria do Amparo Borges. **Educação e Sociedade no Piauí Republicano**. Dissertação de Mestrado. Teresina, 1994.

FUNDAÇÃO CEPRO. **Cronologia do Piauí Republicano – 1889/1930**. Teresina: CEPRO, 1988.

ELIAS, Beatriz Vicentine. **Vieram e ensinaram. Colégio Piracicabano 120 anos**. Unimepe, Piracicaba, 2001.

GHIRALDELLI JÚNIOR, Paulo. **História da Educação**. São Paulo: Cortez, 1992.

KNOX, Miradan Brito. **O Piauí na Primeira Metade do Século XIX**. Projeto Petrônio Portela, Teresina, 1987.

LEGOFF, Jacques. **A História Nova**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

LIMA, Benedito Santos. O esforço particular pela instrução em Parnaíba. In: **Livro do Centenário de Parnaíba**. Americana, Parnaíba, 1945.

MEDEIROS, Antônio José. Movimentos Sociais. In: **Piauí: Formação – Desenvolvimento – Perspectiva**. Teresina:Halley, 1995.

MELO, Pe. Cláudio. As Duas Capitais. In: **Piauí: Formação – Desenvolvimento – Perspectiva**. Teresina: Halley, 1995.

MENDES, Felipe. Formação Política. In: **Piauí: Formação – Desenvolvimento – Perspectiva**. Teresina: Halley, 1995.

MENDES, Francisco Iweltman Vasconcelos. **A Parnaíba Colonial e Imperial (1500 a 1889)**. Teresina, 1996.

_____. **Associação Comercial de Parnaíba: Lutas e Conquistas**. Edição Comemorativa ao Sesquicentenário de Parnaíba Piauí 1844/1994. Teresina, 1994.

- MENEZES, Maria Luiza Mota de. **Parnaíba no Século XX**. Alcy, Fortaleza, 1994.
- MORAES, Pedro Machado de. **Missa de Ação de Graças pelos 100 Anos de Vida**. (Mimeo). 1995.
- MOTTA, Luiz R. B. **Piauí Colonial, População, Econômica e Sociedade**. Projeto Petrônio Portella, Teresina, 1985.
- NASCIMENTO, Francisco Alcides do. **A Revolução de 1930 no Piauí**. Teresina: Fundação Cultural Mons. Chaves, 1994.
- NETO, Adrião. **Escritores Piauienses de Todos os Tempos. Dicionário Bibliográfico**. Halley, Teresina, 1995.
- NOSSO SÉCULO. Crianças, os inocentes adultos em miniatura. Vol. I, p. 122 – 131. Abril, São Paulo, 1980.
- NUNES, Odilon. **Pesquisa Para a História do Piauí**. 2. ed. Artenova, Rio de Janeiro, 1975.
- OLIVEIRA, Maria Cristina de Moraes Sousa. **Parnaíba: das Primeiras Escolas aos Cursos Universitários**. Teresina: UFPI, 1993.
- PASSOS, Caio. **Cada Rua, Sua História**. IOCE. Parnaíba, 1982.
- PEREIRA, Florice Raposo. Minhas Lembranças do “Colégio das Irmãs. In: **Almanaque da Parnaíba**. Parnaíba, 1985.
- PORTO, Carlos Eugênio. **Roteiro do Piauí**. Artenova, Rio de Janeiro, 1974.
- REVISTA DO CINQUENTENÁRIO DA DIOCESE DE PARNAÍBA**. Halley, Teresina, 1995.
- ROMANELLI, Otaísa de Oliveira. **História da Educação no Brasil (1930/1937)**. Vozes, Petrópolis, 1997.
- SANFELICE, Lombardi, Saviane (orgs.). **História e história da educação**. Campinas: Autores Associados, 1998.
- SANTANA, R. N. Monteiro de. **Piauí: Formação – Desenvolvimento – Perspectiva**. Halley, Teresina, 1995.
- SAMPAIO, A. **Velhas Escolas, Grandes Mestres**. Teresina, Edição do Autor, 1995.
- SILVA, Maira da Penha Fonte e. **Parnaíba Minha Terra Crônicas**. Teresina: Fundação Cultural do Piauí, 1987.
- TAJRA, Jesus Elias. O Comércio e a Indústria do Piauí. In: **Piauí: Formação – Desenvolvimento – Perspectiva**. Teresina: Halley, 1995.
- TITO FILHO, A. **Governadores do Piauí**. Rio de Janeiro: Artenova, 1978.